

REVISTA BRASILEIRA DE

CIÊNCIAS DO ESPORTE



CBCE: DEZ ANOS
A EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À NOVA LDB

PÁG. 10

CONGRESSOS REGIONAIS CBCE

09 a 12/12/1988 - Brasília/DF

Informações com Eliana e Keila

Eliana — SQS 216 Bl. I Apto. 106 - CEP 70.295 - Brasília/DF

Keila: SQS 306 Bl. 6 Apto. 204 - CEP 70.353 - Brasília/DF

07 a 10/12 - Cruz Alta/Rio Grande do Sul

Informações com Adroaldo Gaya

Rua Corte Real, 735 Ap. 402 - CEP 94.020 - Porto Alegre/RS

Região - Norte/Nordeste

Natal/RN - 05 a 09 de dezembro de 1988

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

1. A "Revista Brasileira de Ciências do Esporte" (órgão do CBCE), de publicação quadrimestral, tem por finalidade publicar artigos originais, artigos de revisão, notas prévias e resumos de testes no campo das Ciências do Esporte.

2. Os artigos devem ser inéditos, redigidos em português ou inglês, e destinar-se exclusivamente à "Revista Brasileira de Ciências do Esporte", não devendo ser apresentados simultaneamente a outro periódico.

3. Os trabalhos devem ser datilografados em papel formato A 4 (ofício), em espaço duplo, com margens laterais de 2,5 cm x 2,5 cm, não excedendo a 12 páginas (incluindo texto, ilustrações e referências bibliográficas).

Na página de rosto deverá constar o título (com versão em inglês), o(s) nome(s) do(s) autor(es) e a filiação científica do(s) autor(es). Se o trabalho tiver sido apresentado em reunião científica, deve ser indicado no rodapé da página: se foi subvencionado, indicar o patrocinador e o número do processo.

4. Cada trabalho deve obedecer a seqüência preconizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - Normas Bibliográficas 61 (ABNT - NB-61):

- Título do trabalho (e subtítulo, se necessário);
- Nome(s) do(s) autor(es);
- Resumo em português acompanhado dos unitermos retirados dos "Cabeçalhos de Assuntos da Área";
- Texto: Introdução, Material e Método, Resultados, Discussão (quando couber) e Conclusões;
- Resumo em inglês (acompanhado dos unitermos em inglês);
- Agradecimentos;
- Referências Bibliográficas, numeradas consecutivamente e ordenadas alfabeticamente pelo(s) sobrenome do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT - NB-66. Solicita-se que o total de referências bibliográficas não ultrapasse a vinte (20).

Ex. Artigos de Periódicos

JUNIOR, A.D. e KLEINE, D.; — Physical Education and mathematics "Study on the contribution of movement to acquisition of mathematical concepts in first graders. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 8 (2 e 3) 176-180, 1987".

ASTRAND, P. O. e KODAHN, K.; — Textbook of work Physiology. New York, Mc-Graw Hill, 1977, 681 p.

— A exatidão das referências bibliográficas é de responsabilidade dos autores. Comunicações pessoais, trabalhos em andamento e inéditos não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas, mas citados em notas de rodapé.

— As citações no texto devem obedecer aos números índices correspondentes às respectivas referências bibliográficas, podendo ser acrescentado o nome do autor.

— Os resumos não devem exceder 300 palavras, usando para sua redação as recomendações da NB-88 da ABNT.

5. Os originais deverão ser endereçados à secretaria do CBCE recomendando-se que o autor retenha uma cópia.

6. Os trabalhos serão submetidos à apreciação da Comissão Científica e da Comissão Editorial e, quando forem necessárias as alterações substanciais, os originais serão reencaminhados aos autores. As "leituras de provas" far-se-ão na própria Redação.

7. As tabelas deverão obedecer às "normas de apresentação tabular", resolução nº 886, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatísticas, devendo ser datilografadas separadamente do texto.

8. As referências às ilustrações deverão ser em números arábicos, por exemplo 3, e enumeradas em ordem de apresentação. Solicita-se que as ilustrações sejam em menor número possível. Para as ilustrações a traço, exigir-se-á uma fotocópia (não fotostática) de boa qualidade, de cada uma sem legenda, de duas vezes o tamanho original. Todos os pontos gráficos, linhas, etc., deverão ser o mais simples possível e suficientemente fortes para reter clareza na redução. Um esquema horizontal ou quadrado é preferível ao vertical, pois um desenho vertical desperdiça mais espaço. Os mesmos símbolos não devem ser usados em duas curvas onde os pontos podem ser confundidos.

Os símbolos x ou + devem ser evitados. Para diagramas dispersos, símbolos inseridos são preferidos. Uma lista de legendas para as ilustrações deverá ser apresentada em folha separada a ser passível de interpretação, sem referência ao texto.

apresentação

O índice da Revista Brasileira de Ciências do Esporte foi elaborado a partir das atividades do Centro de Estudos e Documentação em Educação Física, Esportes e Lazer do Maranhão (CEDEFEL-MA), em busca da criação de uma base de dados bibliográficos em computador.

Sobre a planilha inicial para a coleta de dados, fornecida gentilmente pela bibliotecária da BIREME, Prof^a Ofélia Sepúlveda, vários profissionais apresentaram sugestões, até a forma final estabelecida.

O thesaurus foi elaborado a partir do trabalho da Chefe da Biblioteca da Escola de Educação Física da USP, Sra. Stela Vercesi da Silva, tendo sido acrescentados os unitermos oferecidos pelos autores dos 502 artigos, relatos de pesquisa e resumos veiculados pela RBCE de setembro de 1979 a setembro de 1987.

Foram listados índices de AUTOR, ASSUNTO e INSTITUIÇÃO (afiliação do autor), todas remetendo ao número seqüencial de artigos publicados.

Os autores agradecem a colaboração dos sócios pesquisadores do CBCE que colaboraram nas várias etapas do projeto, esperando continuar recebendo a deferência de críticas e sugestões.

São Luís do Maranhão, 1988

Leopoldo Gil Dulcio Vaz
Laércio Elias Pereira

No dia 17 de setembro de 1978, pela iniciativa de profissionais ligados a Ciências do Esporte, funda-se o COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. A partir de pretensões iniciais que consideraram a reflexão dos problemas e a situação das ciências do esporte no Brasil, buscava-se soluções aos problemas levantados. Entendia-se, à época, que o CBCE poderia resolver alguns destes problemas. Decorridos dez anos, entendemos que os desafios impostos a uma instituição científica, em um país de terceiro mundo, apresentam-se diversificados de desafios anteriores, visto que, a história é um processo dinâmico e a conjuntura sócio-econômica e política sofreu alterações em seus contornos. Da pretensão inicial em incentivar a produção científica, tem-se atualmente o entendimento de que o desenvolvimento científico, também na área de ciências do esporte, se dá em determinadas condições históricas e de acordo com determinados interesses, estando inter-relacionados e conectados com outros fenômenos sociais, contraditórios e próprios de uma sociedade que se estrutura sob a égide do modo de produção capitalista. Esta perspectiva de entendimento tem-nos levado a considerar a necessidade imprescindível de aliarmo-nos às demais organizações sociais que se apresentam atualmente na sociedade civil e que objetivam também, a democratização da ciência, entendendo-se isto como sendo o acesso da maioria, tanto ao processo de produção, quanto ao usufruto do conhecimento científico, por ser este em nossa sociedade, um dos principais elementos de emancipação e de humanização, portanto, instrumento de luta, nos interesses de classes. Compõe atualmente o CBCE, juntamente com demais entidades científicas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Além disto, entendemos que um dos grandes desafios atuais, vencidas as etapas para a promulgação da Nova Constituição Nacional, é a elaboração das novas leis orgânicas dos Estados e municípios, e a elaboração dos Planos Nacionais dos setores da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, etc. A comunidade científica tem manifestado o firme propósito de não mais ser mera executora de leis, mas sim, chama a si a responsabilidade de interferir no processo de decisão. Para tanto, além da atuação organizada, torna-se imprescindível a utilização do saber crítico historicamente elaborado. É assim que, neste número especial, em comemoração aos DEZ ANOS DO CBCE, além de contribuições para a discussão das Novas Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, apresentamos ainda, o índice remissivo, com as contribuições publicadas por membros do CBCE, na REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Portanto, acreditamos ser o CBCE uma instituição científica cuja existência é primordial, para que também na área das Ciências do Esporte, a sociedade encontre um canal competente na luta pelo desenvolvimento e estabelecimento de novas formas de relações entre os poderes constituídos e os interesses da maioria do povo brasileiro, para que a produção e usufruto dos benefícios que poderão advir do desenvolvimento científico, também nesta área, não sejam privilégios de poucos, mas sim, direito de todos os Brasileiros. À comunidade científica da área de Ciências do Esporte, os cumprimentos da atual diretoria.



Fundação: 17 de setembro de 1978

Endereço atual: Caixa Postal 20.383 — CEP 04034 — São Paulo — SP — Brasil

**COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS
DO ESPORTE**

DIRETORIA
Biênio 1987/89

PRESIDENTE
Celi Nelza Zulke Taffarel - UFPE

VICE-PRESIDENTE
João Alberto Aguilar Cortez - USP

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Antonio Roberto Rocha Santos - UFPE

DIRETOR DE DIVULGAÇÃO
Adroaldo Gaya - UFRGS

DIRETOR CIENTÍFICO
Micheli Ortega Escobar - UFPE

DIRETOR FINANCEIRO
Claudio Hioshi Myiagima - UFPR

Revista Brasileira de Ciências do Esporte

**RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO
DESTE NÚMERO**
Laércio Elias Pereira

CONSULTORES
Todos os artigos são submetidos à equipe de consultores composta pelos membros pesquisadores do CBCE.

IMPRESSÃO
Gráfica Brasileira Ltda.

SUMÁRIO

I Congresso Regional de Ciências do Esporte Centro-Oeste 6

ESTUDOS

Educação física e a nova lei de diretrizes e bases: subsídios para discussão 10

Fundamentos da educação física escolar 19

A educação física: mudanças e concepções 28

Índice da revista brasileira de ciências do esporte 33

I CONGRESSO REGIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE CENTRO-OESTE

Tema:

NOVOS HORIZONTES EM CIÊNCIAS DO ESPORTE

Período:

09 a 12 de dezembro de 1988

Local:

Faculdade de Ciências da Saúde e Departamento de Educação Física da Universidade de Brasília.

Campus Universitário - Asa Norte

Brasília - DF CEP. 70.910

C.P. 15-2952 - Fone: 274-0022 - R. 2251

Promoção:

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

APRESENTAÇÃO

O esporte é o fenômeno social mais importante do século XX. Visto de modo universal, reflete a cultura e a sociedade de seu tempo, inclui educação, desenvolvimento pessoal, aptidão total e condicionamento físico, entretenimento público, saúde ou simplesmente diversão. Tem sido preocupação de melhoria de qualidade de vida, incluindo e aproximando pessoas de diferentes sexos, raças e idades.

Congregam-se em torno dele diferentes profissionais: educadores, treinadores, psicólogos, administradores, políticos, cientistas, praticantes, sociólogos, antropólogos, filósofos e instituições públicas e privadas.

No momento de aproximação do novo século, surgem questões em torno de problemas já conhecidos e projetam-se outros em função do futuro. Portanto, cabe à ciência com suas diagnoses, produção de conhecimentos e previsões, servir à civilização e à sociedade, bem como estar comprometida com o progresso da vida, voltando-se também para os comportamentos espontâneos do homem e da sociedade como fonte inesgotável de descobrimentos.

Numa sociedade fascinada pelo tecnicismo, pela produção e pelo funcionalismo percebeu-se um grande desenvolvimento da mensuração — dimensão da ciência voltada para o dualismo cartesiano. Entretanto o homem em movimento ativo fisicamente, interagindo com o meio ambiente e social, precisa ser objeto de compreensão de uma ciência humana, onde as conclusões dos estudos interfiram nas mudanças necessárias à sociedade para melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar.

No momento que surge um novo paradigma científico voltado para o Holismo, em detrimento do racionalismo dominante até então, torna-se necessário discutir de modo interdisciplinar e específico os temas do congresso, relacionando-se com a problemática do Centro-Oeste. Considerando-se ainda o momento atual brasileiro, no qual a nova Constituição exigirá uma reformulação de leis sejam complementares ou ordinárias, o Congresso Regional de Ciências do Esporte —

Centro-Oeste, orientará suas discussões e reflexões segundo três eixos básicos:

A — Ciências do Esporte: Tendências e Perspectivas;

B — A Educação Física e o Esporte Nacional: Novos Rumos, Novas Leis;

C — O Centro-Oeste e seus Desafios.

COMISSÃO DE HONRA

Hugo Napoleão (Ministro da Educação)

Joaquim Roriz (Governador do DF)

Cristovan Buarque (Reitor da UnB)

Clodovaldo Pavan (Presidente do CNPq)

Manoel Gomes Tubino (Presidente do CND)

Volnei Garrafa (Decano de Extensão da UnB)

Eva Terezinha S. Faleiros (Decano de Assuntos Comunitários da UnB)

Eduardo Flávio Queiroz (Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde)

Hezir Espíndola (Diretor do DEFER/GDF)

Celi Nelza Zulke Taffarel (Presidente do CBCE)

COMISSÃO ORGANIZADORA**Coordenação:**

Keila Elizabeth Fontana (UnB)

Iran Junqueira de Castro (UnB)

Vera Lúcia Menezes Costa (UnB)

Eliana Caram (CAPES/MEC)

Científica:

Vera Lúcia Menezes Costa (UnB)

Keila Elizabeth Fontana (UnB)

Iran Junqueira de Castro (UnB)

Osmar Riehl (UnB)

Kátia Cristina Montenegro Passos (UnB)

Divulgação:

Márcia Franceschi Neto (UnB)

Kátia Cristina Montenegro Passos (UnB)

Financeira:

Astrid Stuart Correa (FEDF)

Alvaro Homem (FEDF)

Antônio Roberto Rocha Santos (UFPE)

Sócio-Cultural:

Maria Helena Siqueira (UnB)

Secretaria:

Lucila Souto Mayor Rondon de Andrade (UnB)

Lucinéia de Sousa Tosi (UnB)

Adriana Giavoni (UnB)

Cláudia Beatriz e Silva Barros (UnB)

Maria Gracinda dos Santos Alves (UnB)

Gracijane Pereira Leite (UnB)

Andréa Cristina Martins Silva (UnB)
Francisco Severiano Rodrigues de Oliveira (UnB)

Audiovisual

Marco Sergio P. de Almeida (UnB)
David Pereira de Castro (UnB)
Nassib Gabriel Issa Júnior

Recepção:

Cinthia de Souza Xisto (FEDF)
Vicente Rogério Ferraz de Carvalho (UnB)
Renata Rolim (UnB)
Marcelo Mesquita Mendes (UnB)

Grupo de Apoio:

Alunos do Departamento de Educação Física da UnB.

Patrocinadores:

CNPq, BRB

Apoio:

Universidade de Brasília
Decanato de Extensão
Decanato de Assuntos Comunitários
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Educação Física
CND
DEFER/GDF
FEDF

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA OFICIAL

09/12/88 — SEXTA-FEIRA

- 14:00 — Entrega de material e inscrições
Local: Saguão da Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB
- 19:30 — SOLENIDADE DE ABERTURA
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03
- 20:00 — PALESTRA MAGNA
“Ciência Hoje e Amanhã: Compromissos e Perspectivas”
Prof. Geraldo O. Tonaco (DF)
Coordenador: Prof. Aguinaldo Gonçalves (DF)
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03

10/12/88 — SÁBADO

- 08:00 — ATUALIZAÇÕES (MINICURSOS)
- 1 — RECREAÇÃO — Teórico-prático
Prof.ª Márcia de Franceschi Neto (DF)
Local: Dojô/Centro Olímpico (CO)
 - 2 — APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTOR — Teórico
Prof. Iran Junqueira de Castro (DF)
Local: Sala de Seminário da FS/UnB
 - 3 — CORRIDA DE ORIENTAÇÃO — Teórico-prático
Prof. Leduc Fauth (DF)

Local: Sala 204 do Departamento de Educação Física — EDF

- 4 — DIMENSÕES DA CAPOEIRA — Teórico-prático
Prof. Antônio Batista Pinto (Mestre Zulu) (DF)
Local: Departamento de Educação Física — EDF
- 5 — GINÁSTICA AFRO-AERÓBICA — Teórico-prático.
Prof. Sérgio Luiz Lima Carvalho (BA)
Local: Ginásio do Centro Olímpico (CO)
- 6 — GINÁSTICA OLÍMPICA — Teórico-prático
Prof. Paulo R. Corbucci (DF)
Local: Sala 114 do Departamento de Educação Física (EDF)
Coordenação Geral: Maria Gracinda dos Santos Alves

09:45 — INTERVALO

10:00 — PALESTRA:

Tema: “EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENTRO-OESTE — DESAFIOS E PERSPECTIVAS”

Prof. Nivaldo Antônio Nogueira David (GO)
Coord. Pedro Rodrigues
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03

11:00 — PALESTRA:

Tema: “ESTADO, ESPORTE E CONSTITUIÇÃO”

Prof. Manoel Gomes Tubino (DF)
Coord. Mario Ribeiro Cantarino Filho
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03

12:00 — GINÁSTICA AERÓBICA (PRÁTICA)

Prof. Dalmo Dias Ribeiro/Almir de Albuquerque Barros Júnior (DF)
Local: Ginásio do Centro Olímpico (CO)
Observação: Participação livre
Coord. Verônica Saraiva

12:00 — ALMOÇO

14:00 — PALESTRA:

Tema: “DROGAS E SOCIEDADE”

Palestrante: Deputado Elias Murad
Coord. Keila E. Fontana
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03

15:00 — PALESTRA:

Tema: “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO ASSISTENCIALISMO AO COMPROMISSO”

Prof. Volnei Garrafa (DF)
Coord. Maria Helena Siqueira
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03

16:00 — MESA-REDONDA:

Tema Central: “O CENTRO-OESTE E

- SUAS INFLUÊNCIAS NA ATIVIDADE FÍSICA".
 Prof. Kenji Kido (MT) — AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS.
 Prof. Luiz Renato Vieira (DF) — ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS.
 Prof. Júlio Melatti (DF) — ATIVIDADES FÍSICAS DOS INDÍGENAS.
 Coord. Vera Lúcia Menezes Costa
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 18:00 — ASSEMBLÉIA REGIONAL DO CBCE
 Coord. Eliana Caram (DF)
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 11/12/88 — DOMINGO**
- 08:00 — ATUALIZAÇÕES (MINICURSOS) RECREAÇÃO, CORRIDA DE ORIENTAÇÃO, DIMENSÕES DA CAPOEIRA, GINÁSTICA AFRO-AERÓBICA, GINÁSTICA OLÍMPICA E APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTOR.
 Locais indicados anteriormente.
- 09:45 — INTERVALO
- 10:00 — PALESTRA:
 Tema: "PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL".
 Prof. Paulo Giraldeoli (SP)
 Coord. Alcir Braga Sanches
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 11:00 — PALESTRA:
 Tema Central: "EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: DIREITOS E GARANTIAS".
 Prof. Paulo Vicente Guimarães (DF) — O ESPORTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.
 Sr. Eduardo Dias Manhães (RJ) — POR UM CONCEITO DEMOCRÁTICO DE ESPORTE.
 Coord. Mario Ribeiro Cantarino Filho
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 12:00 — DANÇA LIVRE
 Prof. Luiz Mendonça e Márcia D. Pinho
 Local: Quadra Coberta do Departamento de Educação Física — EDF.
 Observação: Participação livre.
 Coord. Verônica Saraiva.
- 12:00 — ALMOÇO
- 14:00 — PALESTRA:
 Tema: "DEZ ANOS DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE".
 Prof. Victor K.R. Matsudo (SP)
 Coord. Iran Junqueira de Castro
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 15:00 — PALESTRA:
 Tema: "BIOMECÂNICA: ONTEM, HOJE E AMANHÃ".
 Prof. José Carlos Pio da Fonseca (DF)
 Coord. Jake Carvalho do Carmo
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 16:00 — MESA-REDONDA:
 A) Tema: "CIÊNCIAS DO ESPORTE: COMPROMISSOS E PERSPECTIVAS".
 Prof. Victor K.R. Matsudo (SP)
 Prof. Wilian Peres Lemos (MG)
 Prof. Aguinaldo Gonçalves (DF)
 Coord. Osmar Riehl
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
 B) Tema: "A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES".
 Prof. Apolônio Abadio do Carmo (MG)
 Prof. Mario Ribeiro Cantarino (DF)
 Prof. Vera Lúcia Costa
 Coord. Solange Passos
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 18:00 — ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
 Coord. Márcia Franceschi Neto e Anita Souto Maior Rondon de Miranda
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 12/12/88 — SEGUNDA-FEIRA**
- 08:00 — ATUALIZAÇÕES (MINICURSOS) RECREAÇÃO, CORRIDA DE ORIENTAÇÃO, DIMENSÕES DA CAPOEIRA, GINÁSTICA AFRO-AERÓBICA, GINÁSTICA OLÍMPICA E APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO MOTOR.
 Coord. Geral: Maria Gracinda dos Santos Alves
 Locais indicados anteriormente.
- 09:45 — INTERVALO
- 10:00 — MESA-REDONDA:
 Tema: "LEI DE DIRETRIZES E BASE: EXPECTATIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES".
 Prof. Marco Maciel
 Prof. Marcos Manoel Formiga
 Prof. Carmen Lúcia Soares
 Coord. Eliana Caran
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
- 12:00 — VIVÊNCIA:
 "TRABALHO DE CORPO"
 Coord. Helene Barros
 Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.
 Observação: Participação livre.
 Coord. Verônica Saraiva.
- 12:00 — ALMOÇO

14:00 — FÓRUM DE DEBATES:

A) CIÊNCIAS DO ESPORTE: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS.

Coord. Eron Beresford e Alcir B. Sanches.
Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 01.

B) EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE NACIONAL: NOVOS RUMOS E NOVAS LEIS.

Coord. Carmen Lúcia Soares
Local: Faculdade de Ciências da Saúde, Aud. 02.

C) O CENTRO-OESTE E OS SEUS DESAFIOS.

Coord. Maria Helena Siqueira e Nivaldo N. David (GO)

Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.

17:00 — FÓRUM GERAL:

NOVOS HORIZONTES EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Coord. Vera Lúcia Costa

Local: Faculdade de Ciências da Saúde (FS)/UnB, Aud. 03.

18:00 — ENCERRAMENTO.

EDUCAÇÃO FÍSICA E A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES: SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

APOLÔNIO A. DO CARMO
UNIV. FED. UBERLÂNDIA-MG

A sociedade brasileira vive hoje, momentos de ansiedade após a promulgação da nova Carta Constitucional, no tocante ao seu cumprimento. É também do conhecimento, da comunidade, que cerca de mais de 200 Leis Complementares deverão ser votadas pelo Congresso Nacional em função da nova Carta. Dentre estas, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional^(*), que seguramente é uma das Leis mais importantes para a categoria dos profissionais do ensino que atuam nas escolas de 1º, 2º e 3º graus. Sua importância repousa no fato de que esta Lei deverá normatizar de maneira global os princípios básicos, os fins e consequentemente todo o direcionamento da Educação Nacional.

Esta nova Lei, contudo, precisa contemplar diretrizes e bases que consigam superar alguns desafios até então presentes no quadro educacional brasileiro.

Neste sentido, objetivando contribuir com as discussões que estão se dando em diferentes setores sociais, tornamos público neste trabalho, algumas preocupações e expectativas a respeito da nova LDB, principalmente no tocante à Educação Física. Para tanto, dividimos este trabalho em dois momentos distintos porém interdependentes. O primeiro num nível mais geral, trataremos de questões conjunturais e estruturais da Educação, consideradas fundamentais e que ainda não foram resolvidas. No segundo momento, num nível mais específico, procuraremos discutir as questões relativas à Educação Física e sua inserção na nova LDB.

I — QUESTÕES CONJUNTURAS E ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO

Necessidade de um Sistema Nacional de Ensino

É quase consensual a afirmação de que o ensino em todos os níveis e graus, vive um momento de crise. Em virtude desta constatação, admite grande parte da sociedade, a necessidade de discuti-la. Porém, tanto a constatação da crise como as discussões e reflexões a seu respeito, historicamente, vêm ocorrendo há bastante tempo, e até hoje, os frutos desta reflexão, muito pouco se conseguiu colocar em prática.

Numa análise um pouco mais detalhada e profunda das determinantes deste imobilismo de ações, vamos encontrar, dentre outros aspectos que têm contribuído para esvaziar, ora o discurso, ora a prática, o fato da maioria dos educadores não se entender, quer na concepção de mundo e de homem, quer na própria forma de comunicação. Basta olhar a quantidade de “métodos” e tendências pedagógicas presentes no processo educacional brasileiro, que se terá respostas as mais claras. Como não é nossa intenção discutir esta problemática neste trabalho, apontamos à guisa de contribuição, alguns autores que tratam desta questão^(**).

Além disto, a ausência de um “Sistema Nacional de Educação” capaz de garantir a mesma qualidade no padrão do ensino nos **diferentes níveis e graus**, é um outro fator que tem contribuído para a situação precária em que se encontra o ensino atualmente nos **diferentes níveis e graus**.

SAVIANI, (1988) ao advogar o Sistema Nacional de Educação coloca que:

“... abre-se agora a oportunidade de se consagrar, em termos legais, essa aspiração, criando mecanismos que permitam ultrapassar a falta de unidade e de harmonia assim como a improvisação e descontinuidade que têm marcado a Educação em nosso país.”⁽¹⁾

A idéia de um Sistema Nacional de Ensino, capaz de garantir articulação e unidade entre os diferentes níveis de escolarização, vem desde 1948 onde

“o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, na exposição de motivos do anteprojeto da nossa primeira LDB, considerava que o traço mais assinalado do capítulo sobre Educação na Constituição de 1946, era “a oportunidade que abre para um sistema contínuo e articulado de Educação para todas as classes, desde o ensino infantil até o superior.”⁽²⁾

Acreditamos que a garantia legal de um “Sistema Nacional de Ensino” que leve em consideração o homem e sua concreticidade histórica, a sociedade e sua relação dinâmica com a Educação; as Leis que regem a ordem social concreta; as categorias científicas que explicam a sociedade capitalista, como por exemplo, a relação capital x trabalho, divisão social do tra-

* SAVIANI, em seu artigo “Contribuição e Elaboração da nova LDB: um início de conversa, publicado na Revista ANDE nº 13, 1988, faz importantes colocações históricas a respeito do termo — Diretrizes e Bases — Segundo este autor, “a expressão “Diretrizes de Bases” foi introduzida no vocabulário educacional pela Constituição de 1946 ao determinar através do artigo 5º inciso XV, alínea d, a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da Educação Nacional... O enunciado da Carta de 46, mantido na Constituição de 67 e 69 assim como no projeto atualmente em discussão no Congresso Constituinte é vago, prestando-se a interpretações variáveis”. Este autor coloca ainda a diferença entre “diretrizes” e “bases”, entendendo a primeira como indicação de forma sucinta dos fins dos direitos, e dos deveres e da liberdade de educar. A segunda, por vez estabelece as bases sobre as quais deve assentar o sistema nacional de educação como algo concreto, vivo.

** SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 1983. GADOTTI, M. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo, Cortez, 1987. GUIRALDELLI, G. P. Educação Física Progressista: A pedagogia Crítico-Social de Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo, Loyola 1988. CARMO, A. A. Educação Física: Competência Técnica e Consciência Política, em busca de um movimento simétrico. Uberlândia, UFU, 1986.

¹-Marx, K. e Engels, F. *Sobre Literatura e Arte*, p. 192-3.

²-Marx, K. citado por A. Leontiev no livro “O Desenvolvimento do Pensamento”, p. 167.

balho, qualificação profissional, lucro e mais-valia, poderá contribuir de forma eficiente para superar o atual estágio em que se encontra o ensino e a Educação escolar de maneira geral.

É preciso lembrar que a luta pela garantia legal de certos princípios, não deve ser considerada como “ingênua ou inócua”, tendo por base o histórico descumprimento legal, tão peculiar à justiça brasileira, pois, com a promulgação da nova Carta Constitucional, e com ela o artigo que trata do “Mandato de Injunção”, garantem juridicamente, o cumprimento das intenções manifes em lei, pelo Estado. Até então isto não era possível pelas vias legais.

Portanto, a idéia de um Sistema Nacional de Ensino precisa ser viabilizada, e para tanto já encontra apoio na nova Constituição brasileira, que aponta para esta necessidade ao estabelecer em seu artigo n.º 214.

...a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I — erradicação do analfabetismo;*
- II — universalização do atendimento escolar;*
- III — melhoria da qualidade do ensino;*
- IV — formação para o trabalho;*
- V — formação humanística, científica e tecnológica do país.⁽³⁾*

B — Acesso e Permanência na Escola

Duas outras questões que reputamos de importância singular, quando vamos discutir a nova LDB, e que ainda não foram resolvidas são: o acesso e a permanência dos brasileiros nas escolas.

Juntamente com um “Sistema Nacional de Educação”, a superação destas questões significa grande avanço rumo à transformação do modelo atual de sociedade, onde as relações entre os homens se funda na desigualdade, de propriedade, de cor, de sexo, de raça e cultura. A garantia do acesso e permanência das camadas populares na escola, seguramente possibilitará a construção de novos conteúdos e padrões de qualidade do ensino.

Mas como, concretamente, poderíamos contribuir para retirar do papel os dispositivos legais, capazes de solucionar ou pelo menos de minimizar estas questões?

Primeiramente, acreditamos que a busca da unidade nacional através de associações, partidos políticos, confederações, sindicatos e todos os segmentos organizados que lutam e continuam lutando por estas bandeiras, precisa marcar presença decisiva no momento da cobrança dos benefícios conquistados em Lei, pois a “igualdade de condições” tão importante para a concretude e solução do problema está presente na nova Constituição.

Art. 206, inciso I. “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”⁽⁴⁾

Em segundo lugar precisamos ter claro o significado que tem sido atribuído ao acesso, a permanência e a igualdade social.

Geralmente, por parte do Estado, a questão do acesso tem sido discutida e “equacionada”, simplesmente com a construção de mais escolas para todos os níveis e graus, e conseqüentemente abertura de mais vagas. Porém, edifícios escolares, por si só não conseguem universalizar o conhecimento historicamente produzido e acumulado. A questão do acesso começa a tornar-se complexa a partir do momento em que além de prédios limpos e bem cuidados, é preciso garantir: melhores salários aos professores e funcionários; boas bibliotecas; possibilidades para o contínuo aperfeiçoamento docente e administrativo; gestão escolar autônoma etc. Estes fatores conjugados poderiam significar, na prática, a garantia do acesso ao ensino público de todas as camadas sociais, e por conseguinte, melhor qualidade no ensino.

Já a questão da permanência do aluno na escola, pelo menos por um período de 8 anos, é uma questão mais complexa, na medida em que coloca em discussão não somente o conhecimento que está sendo veiculado pela escola, como também, a própria relação entre os homens estabelecida no seio do modo de produção capitalista.

Além disso, a permanência não tem sido objeto de grandes discussões por parte da sociedade e dentro desta pelas lideranças políticas. Um dos motivos que tem contribuído para o descaso com esta questão é a predominância do ideário liberal burguês em nossa sociedade. Este ideário concebe o homem como ser abstrato e os fenômenos como sendo todos universais. Por exemplo, as palavras: liberdade, democracia, cultura, povo, todos etc., aparecem sempre como se servisse para todos os membros da sociedade. Não especificam de que liberdade estão falando, ou quem é o povo, ou ainda a que cultura estão se referindo. Esta universalização abstrata dos fenômenos concretos é que torna possível ao nível das idéias a espetacular redução dos problemas sociais ao indivíduo. Nesta redução a permanência torna-se uma questão particular, afetiva e de responsabilidade individual. Com isto as condições sociais são abstratamente universalizadas, superficialmente tratadas não se levando em conta a concretude nem do indivíduo nem das condições sociais.

Esta forma de tratar a questão, tem impossibilitado que se leve em consideração, por exemplo, a iníqua distribuição de renda vigente no país, fato este que tem contribuído de forma decisiva para o afastamento da grande maioria das crianças das camadas populares da escola, as quais no mercado de trabalho lutam para conseguir recursos financeiros para ajudar no sustento da família.

Este processo discriminatório e seletivo das crianças e do homem explícita, necessariamente, a contradição entre quem produz e vende como mercadoria sua

³ Marx, K. Engels, F. *Sobre Literatura e Arte*, p. 23.

⁴ *Ibidem*, p. 25.

força de trabalho, e quem não produz, mas compra esta mercadoria, e ainda se apropria do produto por ela elaborado.

Seguramente o acesso e a permanência na escola interdependem e tem suas raízes no modo de produção capitalista vigente. Entretanto, apesar desta constatação, precisamos ter claro que este sistema não tem conseguido dar conta de suas contradições, significando no fundo que ele não é homogêneo nem imutável.

Vejam os por exemplo, se por um lado ele precisa do conhecimento para se desenvolver, precisa por outro, negá-lo para poder existir. A burguesia tem convivido com esta contradição possibilitando o acesso à escola e ao conhecimento a "todas" as crianças, porém sabem que na prática apenas algumas crianças terão condições de permanecer e assimilar o conhecimento. Por isso, estas duas questões se solucionadas, significarão não somente a garantia das camadas populares terem acesso ao conhecimento produzido e sistematizado pela humanidade, como também, a negação do caráter alienante e reprodutor da escola, na medida em que, enquanto instrumento de luta o saber, o conhecimento, é uma poderosa arma contra a dominação. Se hoje as crianças das camadas populares têm acesso relativo, mas não conseguem permanecer na escola, com a solução destas questões isto não mais aconteceria, obrigando necessariamente a escola a acabar com o vazio que existe entre ela e os interesses da classe majoritária da sociedade.

A necessidade que a burguesia tem em segregar, em omitir e negar o conhecimento, ao nível escolar, é tão evidente que hoje as escolas fazem de tudo, são restaurantes, creches, postos de saúde do bairro, salão de festa beneficente etc., o que menos têm feito é transmitir conhecimento. As crianças entram na escola pública, principalmente, e em um turno previsto de 4 horas aulas, cerca de 30% deste total são gastos com lanches, recreios prolongados, atendimento médico, odontológico e outras atividades extra-classe.

Resumidamente, precisamos unir forças no sentido de recuperar o papel da escola, fazendo com que as conquistas legais, fruto de muita luta, sejam cumpridas e respeitadas.

Esperamos até este ponto ter colocado ao colega professor algumas preocupações que julgamos importantes em termos da estrutura e conjuntura educacional brasileira.

II — A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA INSERÇÃO NA NOVA LDB

A — Educação Física e a Obrigatoriedade Legal

E a Educação Física face a esta nova LDB, deverá continuar sendo ou não contemplada com a obrigatoriedade, hoje prevista no artigo 7º da Lei 5.692/71?

Indagamos isto porque o caráter obrigatório tem sido nas últimas décadas o mastro de sustentação do "pano do circo" da Educação Física em todos os níveis e graus. Esta situação, para ser entendida precisa ser tratada de forma histórica e crítica. Com este objetivo resgataremos alguns fatos para melhor elucidar esta questão.

Podemos afirmar que a Ginástica, antigo nome da Educação Física, foi introduzida nos colégios brasileiros por volta de 1874. Alguns anos mais tarde, em 1882, o Parecer de Rui Barbosa no projeto 224, denominado "Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública" deu destaque especial à Educação Física como fator formador dos jovens.

A organização social dominante neste período fazia e levava em conta a diferença entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, sendo o último atribuição dos escravos e o primeiro da elite dominante.

... "A ética colonial repudiava o trabalho. O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração do trabalho de outros. Se não era proprietário de terras ou comerciantes, procurava locupletar-se com algum cargo burocrático da administração pública. Quando nenhuma dessas possibilidades surgia, sugava o trabalho escravo até a última gota..."⁽⁵⁾

Apoiadas nesta visão de homem e de mundo a classe dirigente da época ofereceu grande resistência à introdução da ginástica nas escolas, por esta assemelhar-se ao labor manual, isto é, por acharem-na desprovida de valores intelectuais, como a Matemática, o Cálculo Integral ou a Mecânica Racional. Apesar da forte resistência social na época contra os cursos de ginástica, este repúdio não foi suficiente para conseguir eliminar ou deixá-la fora dos currículos escolares.

A partir de então, a Educação Física, sempre atrelada a valores morais, médicos e militares em cada época, tornou-se obrigatória, primeiro nos cursos primário e secundário e, posteriormente, em todos os níveis e graus de ensino, conforme as Leis, Decretos e Resoluções abaixo mencionadas:

1. Constituição de 1937. Artigo 131.

... "A Educação Física e ensino cívico e os trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência..."⁽⁶⁾

Estava no governo, nesta época, Getúlio Vargas e o Brasil saía da crise ocorrida com o monopólio agrícola e dava os primeiros passos rumo à industrialização e desenvolvimento urbano. Era a passagem da

⁵ BRACHT, V. "A criança que joga respeita as regras do jogo... capitalista" in CBCE/Revista Brasileira do Colégio de Ciências do Esporte, col. 7, nº 2 nov./dez. 1985, p. 62 e CASTELLANI FILHO, L. "Tendências na Educação Física no Brasil", in Resumos da 37ª Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte, julho de 1985, ver também CASTELLANI FILHO, L. "Educação Física no Brasil: a História que não se conta". Dissertação de Mestrado apresentada à PUC/SP, 1988.

⁶ SAVIANI, D. "Escola e Democracia" p. 9-15.

agro-exportação para bases urbano-industriais. Em termos de valores, exaltavam a nacionalidade, com críticas ao liberalismo e ao comunismo. Valorizavam ao máximo o ensino profissional e predominava a visão eugênica da raça com base nos exemplos de Hitler e de Mussolini.

Graças à força centralizadora do executivo, foi baixada em 1935 a Lei de Segurança Nacional, documento legal que tinha a capacidade de abafar todo protesto oriundo da classe operária, da burguesia e toda e qualquer oposição.

Vejam que o início da obrigatoriedade da Educação Física no Brasil teve como base pensamentos autoritários nos quais o principal objetivo repousava na idéia de “asepsia social”, da pureza da raça e do nacionalismo doentio. Merece destaque também, a preocupação do Estado, nesta época com a aptidão da juventude, com a preparação de homens e mulheres fortes e bem dispostos para o trabalho.

Esta forma de pensamento em que a aptidão física é a principal meta, tem dominado a Educação Física até os dias atuais.

Sua obrigatoriedade, tendo em vista a busca da melhoria da aptidão física da população, continuou presente na maioria das Leis, Decretos e Portarias Ministeriais divulgadas e conhecidas até hoje. Por exemplo, na Lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a obrigatoriedade foi mantida em seu artigo 22.

Apesar de todas as mudanças sociais ocorridas até os dias atuais, a idéia dominante de “**melhorar a aptidão física da juventude**” continua viva e cada vez mais tem sido fortalecida pelos legisladores, senão vejamos:

2. Decreto n.º 2.072 de 8 de Março de 1940.

Art. 1.º A Educação Cívica, moral e física é obrigatória para a infância e a juventude de todo o país, nos termos do presente Decreto-Lei.

Art. 4.º A Educação Física a ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo, solidez, agilidade e harmonia.”

3. Lei orgânica do Ensino Industrial — Decreto-Lei n.º 4.073/42.

A Educação Física é obrigatória.

4. 1943. Decreto-Lei n.º 6.141.

A Educação Física é obrigatória no ensino comercial. Decreto-Lei n.º 9.613.

5. Lei 4.024/61 — Art. 22.

A Educação Física é obrigatória no ensino agrícola.

6. Lei 4.024/61 — Art. 22.

A Educação Física é obrigatória no ensino primário e médio.

7. Lei 5.024/68. Art. 40 — letra C.

“estimularão as atividades de educação física e de desportos, mantendo, para o cumprimento des-

ta norma, orientação adequada e instalações especiais.

8. Decreto n.º 705/89. Altera a redação do artigo 22 da Lei n.º 4.024/61 e estabelece obrigatoriedade para todos os níveis e graus.

9. Lei 5.692/71. Art. 7.º.

A Educação Física é obrigatória no 1.º e 2.º graus.

10. Decreto n.º 69.450/71. “Regulamenta o artigo 22 da Lei n.º 4.024/61, a alínea “C” do artigo 40 da Lei n.º 5.540/68, e dá outras providências.

Artigo 2.º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Artigo 3.º parágrafo 1.º — A aptidão física constitui referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.⁽⁷⁾

Como esperamos ter deixado claro, a questão da obrigatoriedade, ultrapassa em muito os limites da legalidade. Esta constatação exige que para seu entendimento é necessário o questionamento não somente do conhecimento veiculado pela Educação Física, como também do papel político ideológico que vem desempenhando e que poderá desempenhar em prol da classe trabalhadora. Sob estes dois enfoques discutiremos esta questão.

B — O conhecimento que tem sido veiculado pela Educação Física e Esportes: caráter político ideológico.

Historicamente, o conhecimento veiculado pela Educação Física, nos diferentes níveis e graus de escolarização, não tem sido objeto de pesquisas e estudos radicais, no sentido da busca das raízes deste conhecimento. Predominam os ensaios de cunho eminentemente técnico e metodológico.

A grande maioria das investigações, conhecidas e publicadas, tem como centro das preocupações, apenas o lado do fazer, do executar, do ser capaz de, enfim sem muitas preocupações com princípios e finalidades do conhecimento. Parece ter havido um desca-so tanto institucional como profissional a respeito do conteúdo veiculado pela Educação Física.

Temos percebido, também, que o discurso nesta área evoluiu consideravelmente, em alguns setores e por alguns grupos quando comparado com os dos anos 60, 70 e início dos 80. Ele já não comporta mais debates “simplistas” que tratam superficialmente de questões relativas a “crianças com fome, salário baixo dos professores, neutralidade pedagógica e científica, falta de compromisso político dos professores etc. Esta evolução na forma de ler a realidade, que implica o relacionamento dinâmico das partes que compõem o todo, tem possibilitado a comunidade da Educação Física conhecer e explicitar contradições teóricas e práticas fundamentais para o entendimento das funções históricas deste conhecimento.

⁷CASTELLANI, FILHO, L. “Educação Física no Brasil: A História que não se conta”, 1988, p. 65-7.

Com o advento da nova Carta Constitucional, e conseqüente elaboração da nova LDB, é chegado o momento dos responsáveis diretos e indiretos pela disseminação da Educação Física, se posicionarem face à nova Lei.

Este posicionamento precisa, no nosso modo de entender, primeiramente, fundamentar-se em uma matriz teórica, que contemple categorias de análise social capazes de dar conta de ler o real concreto de forma coerente. A partir desta opção que traz consigo a concepção de homem e de mundo, a luta rumo à sociedade pretendida far-se-á da maneira costumeira, através de muita união e luta.

Nesta linha de raciocínio, o posicionamento dos profissionais, precisa levar em conta não somente o lado da garantia legal, mas sobretudo o lado da garantia social, uma vez que, a primeira não garante a segunda, sendo esta mais significativa que a primeira. É a velha discussão da legalidade, legitimidade e representatividade, isto é, nem tudo que é legal é legítimo e representativo, porém, o que é representativo é legítimo, mas pode não ser legal. Portanto, de acordo com nossa concepção a legitimidade social é mais importante que a legalidade. E nos perguntamos: em que bases tem se apoiado a Educação Física brasileira para continuar sendo exigida e necessária nas escolas? Na legitimidade social ou na legalidade?

A legitimidade social, por ser histórica é condicionada, e por isso precisamos entendê-la à luz da visão histórico-social de classe. Dada a complexidade dos mecanismos condicionantes desta legitimidade, impossível seria dar-lhes neste ensaio, o tratamento necessário, contudo, mesmo que de forma simplificada, explicitaremos algumas de suas formas.

Vejamos o caso das disciplinas: Português, Matemática, Ciências etc., as quais independente de terem a obrigatoriedade garantida em Lei, têm sempre seus espaços garantidos nos currículos escolares. Por que este fato não ocorre com a Educação Artística, a Educação Física, o Ensino Religioso e a Educação Moral e Cívica, áreas do conhecimento contempladas com artigos específicos na LDB?

Guardadas as devidas diferenças entre cada componente curricular, é sabido que a Educação Moral e Cívica, bem como o Ensino Religioso sempre atenderam a interesses explícitos do Estado e da Igreja. Este fato confirmou-se mais uma vez, quando na nova Constituição, o ensino Religioso recebeu atenção especial:

Artigo 210, § 1.º ... O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”⁽⁸⁾

⁸ SOBRAL, F. “Para uma teoria da Educação Física”, p. 5-21.

* Utilizo o termo Ideologia da Sucata para designar o movimento que ocorre em difentes disciplinas escolares, e principalmente em Educação Física e a Educação Artística, em nome de suas aulas verdadeiras “oficinas” de confecção rudimentar. Fazem de tudo (bolas de meia, dardo de cabo de vassoura, disco de latas vazias, enfeitas de sacos vazios e outros objetos descartáveis, improvisam locais de trabalho etc. Enquanto isso, o conhecimento, o saber elaborado não é transmitido. Ora, para a realização de um jogo com bola de meia, o professor é dispensável, as crianças fazem isto sozinhas e muito bem. Cabe lembrar ainda que geralmente é nas escolas mais carentes, de periferia que esta ideologia da sucata melhor é trabalhada. Ao invés de lutar para porver a escola de recursos, evitam o conflito em nome da falsa criatividade. É preciso deixar claro que a “ideologia da sucata” tem suas raízes na tendência escolanovista, e chegou ao Brasil via USA e Alemanha através das tendências não-diretivas, principalmente na década de 70 e 80, com forte influência de correntes da psicologia.

A Educação Física, muito embora sem possuir a mesma organização de pressão (lobbys), também, historicamente, sempre colocou seu conteúdo, mesmo que inconsciente, a serviço da ordem física, moral e espiritual defendida pela Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso.

No caso da Educação Artística, da forma como têm sido tratada nas escolas, representa também, papel primordial na reprodução e segregação de conhecimentos. Algumas manifestações artísticas, através da história, significaram formas de luta, de denúncia e subversão, porém, nas nossas escolas, em nome da “Ideologia da Sucata”^(*) a Educação Artística tem-se limitado muito mais à ornamentação das classes do que à exploração da capacidade criativa e crítica do aluno.

Além disto, da forma como a sociedade burguesa organiza o trabalho e conseqüentemente o conhecimento, o caráter valorativo de um como de outro, é atribuído de acordo com sua utilidade nas relações de produção.

Esta ligação mecânica entre conhecimento e mercado de trabalho, tem sido um dos fatores mais importantes para a valorização ou legitimação social de determinados conteúdos em detrimento de outros. Nesta transposição saber = trabalho, o que menos tem interessado ao homem é a espécie e a qualidade, tanto do trabalho como do conhecimento.

Neste sentido, para o modo-de-produção capitalista, quanto mais objetivo, simples e instrumental for o conhecimento, tanto melhor, porque para o capitalista, o que interessa não é o trabalhador, homem possuidor de conhecimentos e capacidade crítica e reflexiva, mas sim o seu trabalho e o produto dele. E da forma alienante como está organizado o trabalho, o conhecimento profundo e a capacidade crítica não são importantes, ou melhor, colocam em risco a ordem estabelecida. Daí a necessidade de formar cada vez mais indivíduos, com cada vez menos conhecimento. Quanto mais simples, objetivo e mecânico for o trabalho e conseqüentemente o conhecimento para realizá-lo, mais fácil será substituir e desvalorizar esta mão-de-obra no mercado.

Portanto, é preciso ter claro que a valorização ou legitimidade social não pode ser vista isolada do todo social. Os valores cultivados, a cultura, a noção de desenvolvimento etc, não podem ser dimensionados sem considerar a desigualdade conjuntural da sociedade. Se existem interesses conflitantes, os valores, o conhecimento, a cultura também o são.

Assim sendo, esperamos ter reforçado a idéia já defendida de que a legitimação da Educação Física tem que ser construída historicamente, sob a ótica da luta de classe, e não simplesmente no amparo legal.

Aprofundando um pouco mais a discussão, colocamos uma outra questão, qual seja: como legitimar nesta sociedade, um conteúdo cujos princípios atendem sobretudo aos interesses e princípios da elite dominante, e portanto contraditórios aos interesses da grande maioria dos trabalhadores? Como a Educação Física conseguirá respaldo social para sua luta, se a grande maioria das teses que têm defendido até hoje são equivocadas ou sem sustentação teórica convincente?

Estas duas questões nos remete diretamente para a discussão a respeito do conhecimento veiculado, dos métodos utilizados, dos princípios e fins da Educação Física nesta sociedade hodierna. Dada a abrangência destas questões, nos limitaremos a discutir os principais pontos que julgamos ter ligação direta com a problemática deste ensaio.

A respeito do conhecimento, realizaremos a discussão levando em conta dois pontos de vista quais sejam: o dos que admitem a separação entre a Educação Física e os Esportes e o dos que não admitem.

Defendem os primeiros, que a quase totalidade dos conteúdos veiculados pela Educação Física, não lhes pertence, porque são conhecimentos estruturados e sistematizados de diferentes esportes — Voleibol, Basquete, Natação etc. O que a Educação Física sempre fez foi viver do empréstimo destes conteúdos e técnicas, sem a menor preocupação consigo mesma, enquanto uma área distinta do conhecimento. Os segundos por sua vez, consideraram tanto a Educação Física como o Esporte, fenômenos culturais indissociáveis, tendo em vista a quase impossibilidade de historicizar um sem falar do outro.

Em meio a esta situação contraditória, temos uma grande maioria de profissionais, “indefinida” quanto a sua posição face a esta problemática, ou seja, apesar desta aparente “indefinição” ela defende, mesmo que de forma inconsciente a idéia separatista, quando em nome da não competição, ou do não aperfeiçoamento técnico, trata em sua aula os conteúdos dos Esportes — fundamentos e técnicas — de forma desfigurada e irreal.

Esta sincrética visão do problema tem impossibilitado que os profissionais da Educação Física consigam transmitir aos alunos o conjunto de conhecimento produzido e sistematizado, próprio de cada esporte, ou mesmo o conhecimento que atribuem à Educação Física.

Por exemplo, o aluno passa cerca de 11 anos tendo Educação Física e quando consegue terminar um curso superior, ao assistir um jogo de Voleibol, Basquete, ou mesmo uma competição de atletismo, não é capaz de diferenciar e denominar os gestos e fundamentos; não conhece as regras; não é capaz de criticar um esquema tático etc. Mal sabe diferenciar uma “corrida de um salto”.

Enfim em nome da “falsa” pretensão de eliminar o caráter competitivo, técnico e condicionante dos treinamentos e da performance, comuns aos esportes, a grande maioria dos professores de Educação Física,

por não disporem de outros conteúdos, diferentes do conteúdo dos esportes — voleibol, basquete etc. — e, em nome da “integração social”, “da saúde, da socialização”, da ingênua concepção humanista moderna — tendência escolanovista — modificam regras, fundamentos e técnicas, modificações estas que somente são aceitas nos limites de sua quadra ou espaço de trabalho, como se o mundo dos homens se limitasse a sua pequena quadra. Acredita, ainda que, por possibilitar aos alunos criar regras diferentes das já legitimadas mundialmente nos diferentes esportes, estão “atendendo e respeitando as necessidades e interesses dos alunos”.

As regras existem e foram elaboradas pelos homens e, portanto são dinâmicas e mutáveis, porém este processo histórico tem que se dar pela superação. E para alguém superar alguma coisa, tem que primeiro conhecê-la, criticá-la, e aí sim, criar algo qualitativamente superior ou melhor, de acordo com as necessidades dos homens. E não tem sido esta a forma que a grande maioria dos professores têm agido, ou seja, prefere ingenuamente negar o existente sem levar em conta, muitas vezes, até o domínio do que está sendo negado. Isto para nós significa, no fundo, o mesmo que segregar conhecimentos.

Segregam porque dar ou não um determinado esporte é uma opção livre do professor. Se ele optou em trabalhar com o Voleibol, por exemplo, ele tem a obrigação de fazê-lo da melhor forma possível e de acordo com o que existe de mais moderno e avançado em termos de técnica e fundamentos. O que ele não deve é “fazer de conta” e dar uma espécie de Voleibol, sem regras, sem técnica, sem a presença do conhecimento sistematizado deste esporte. Se quiser fazer isto chame isto de outra coisa, menos de Voleibol.

Entretanto é preciso ter claro, ao transmitir um conhecimento historicamente acumulado (no caso o Voleibol como desporto e outros) o que este conhecimento significa na sociedade, em que ele se fundamenta, e a quais interesses atendem etc. Estes questionamentos antecedem o momento da opção.

Ressaltamos que a questão não está simplesmente na alteração ou simplificação do conhecimento, posição com a qual não concordamos, mas na forma comum que os profissionais da área têm utilizado em suas práticas diárias, ou seja, a “transmissão” é realizada sem crítica e/ou análise radical dos pressupostos destes conhecimentos.

Dificilmente um professor de Português ou de Matemática quando opta em tratar com gramática ou álgebra, o faz de forma desfigurada ou ensina algo “parecido com álgebra ou gramática.” Ele não pode fazer isto porque estes conhecimentos são fruto da história da humanidade, e portanto, são formas universais de comunicação. De nada serve para o aluno, ou para o trabalhador aprender um alfabeto modificado e que só tem valor na sala de aula de um determinado professor.

Esta forma “falsa” de tratar o conhecimento por parte dos que defendem a separação entre a Educação

Física e o esporte, tem contribuído para a estagnação e até retrocesso deste conhecimento.

É preciso entender o conhecimento como histórico, e como tal um fenômeno cultural que atende a interesses determinados. Assim sendo, transmitir o saber acumulado de forma crítica, cristalina e responsável, é uma atitude política e intencional, da mesma forma, não fazê-lo também o é.

Portanto, nesta discussão defendemos o segundo ponto de vista, qual seja, não admitimos a separação entre a Educação Física e os esportes, por considerá-los manifestações de um mesmo fenômeno, que é o movimento humano, no qual por questões históricas, aparecem separados, mas que em essência estão imbricados e são frutos da cultura esportiva. Face a esta posição, perguntaríamos aos seguidores do ponto de vista separatista, como conviver com a contradição que esta postura suscita qual seja: a Educação Física e o esporte precisam para se desenvolver, separarem-se, porém para existirem precisam estar unidos.

Esta contradição torna-se ainda mais complexa quando indagamos aos separatistas como determinar os limites entre os conteúdos da Educação Física e dos esportes? Seria possível de forma radical o estabelecimento destas diferenças, ou ela é mais um dos incontáveis dualismos da razão humana?

Torna-se difícil para a comunidade que estuda esta área do conhecimento responder a estas questões, uma vez que, tanto na teoria como na prática, houve uma estagnação do conhecimento do que poderia vir a ser a Educação Física ou outro fenômeno similar. Isto ocorreu, por ter seus profissionais preocupado-se estritamente com o lado técnico do fazer, com a emulação do espírito competitivo, com a performance, próprios dos esportes. Os avanços qualitativos percebidos são mais de ordem metodológica, ficando os princípios inalterados.

Face a isto, a questão da separação entre Educação Física e esportes para ser entendida é preciso primeiro resgatar seu significado histórico, uma vez que o movimento do homem, ser que pensa, sente e age, não admite separação em essência. Esta fragmentação é intencional e só beneficia os Esportes, enquanto instrumento de poder e prejudica o homem, enquanto um ser social. Senão vejamos, mesmo que de forma breve, uma retrospectiva do sentido político da separação existente entre o Esporte e a Ginástica, que depois passou a ser denominada de Educação Física.

Seguramente, o entendimento do jogo, e do lúdico são essenciais para a compreensão da separação em questão. A complexidade desta questão não permite que neste ensaio, consigamos considerar todo o movimento histórico que resultou na separação hoje existente. Contudo para os propósitos deste trabalho, escolhemos, mesmo que de forma sintética, as razões apresentadas por HVIZINGA (1980), a este respeito e que recompõem razoavelmente este movimento. Es-

ta escolha prende-se ao fato deste autor ser um dos mais consultados pelos profissionais que estudam estes fenômenos.

Na concepção deste autor, a medida que a cultura humana foi evoluindo, o elemento lúdico foi gradualmente passando para o plano secundário, sendo absorvido pela esfera do sagrado. Esta secundarização do elemento lúdico torna-se mais clara quando coloca que:

...“tal como todas as outras formas de jogo, a competição é geralmente desprovida de objetivo. Quer isto dizer que a ação começa e termina em si mesma”.⁽⁸⁾

Segundo ainda este autor, a separação entre o que considera como jogo e como esporte, ocorreu no século XVIII, quando os jogos de bola de equipes numerosas, passaram a exigir equipes permanentes. A sistematização, a regulamentação cada vez maior dos esportes, implica na perda de sua característica lúdica mais pura.

Portanto, do que pudemos apreender do texto deste autor, o movimento humano, sob a forma de jogo ou esporte sempre estiveram atrelados às formas de relações estabelecidas entre os homens em cada época. Assim como o início da troca de mercadorias significou o fim das comunidades primitivas, a sistematização e manutenção de equipes, significou o nascimento dos Esportes e o fim do jogo e diminuição cada vez maior do lúdico.

Ao diferenciarem o Esporte do jogo, diferenciaram, também quem praticava um e outro, bem como seus objetivos sociais.

No período Grego-Romano, por exemplo, o acesso ao Esporte era privilégio de uma minoria, e o que dominava era o culto a força, a virilidade, a ponto de identificarem os campeões aos deuses do Olimpo.

...“a educação física também permanece como um dos aspectos essenciais da iniciação à vida civilizada — da educação. Onde o lugar naturalmente preponderante que lhe é reservado no programa da efêbia, escala superior da educação aristocrática...”⁽⁹⁾

...“como na época arcaica, a educação física continua essencialmente esportiva, dominada pela nobre emulação do espírito de competição: prepara a criança, depois o adolescente para figurarem com honra nas diferentes concursos consagrados às diferentes provas de atletismo no sentido estrito”.⁽¹⁰⁾

Dando um salto na história, vamos perceber que, no período colonial brasileiro, a ginástica era um privilégio da classe dominante. O direito ao ócio, ao cultivo do corpo não era extensivo aos escravos ou aos párias sociais.

À medida que o modelo econômico foi modificando face às lutas e pressões da sociedade, a forma de tratar o esporte e a Educação Física, por parte da classe dirigente, também foi modificando-se substan-

⁹ ROUYER, J. “Estudos sobre o Significado Humano do Desporto e dos Tempos Livres e Problemas da História da Educação Física”, in “Desporto e Desenvolvimento Humano”, p. 192-193.

¹⁰ SOBRAL, F. “Para uma teoria da Educação Física”, p. 15.

cialmente. Se no período colonial eles eram vistos com certas restrições por parte da elite dominante, na década de 30, foram objeto de grande valia às pretensões nacionalistas do governo Vargas e dos higienistas da época.

É preciso explicitar que a mudança de eixo no percurso histórico da Educação Física e dos esportes, isto é, de atividade complementar, acessória à educação das elites, para atividade essencial disseminadora de valores morais e políticos, sempre ocorreu tendo em vista a instrumentalização destes fenômenos enquanto aliado político das ideologias dominantes em cada época.

Por um lado, se até a extinção da escravatura negra no Brasil findar do século XIX, a Educação Física e os Esportes eram privilégios da elite dominante que tinha acesso à educação escolar, funcionando esta como já afirmamos, como complemento à educação intelectual, por outro, com o "fim teórico" do ideário escravocrata de 1888, e o conseqüente início do processo de industrialização a partir de 1930 da economia nacional, bem como a colocação prática do ideário liberal burguês, que defendia o acesso à educação para todos, estes elementos passam então a assumir papel principal na construção dos novos corpos para esta nova relação entre os homens.

Eles deixam de ser acessórios privilegiados da educação das elites e passam a ser obrigatórios para todos, não levando em conta o caráter contraditório da organização social. Eles assumem, portanto a função de principal elo de ligação entre os valores buscados pela Educação Moral e Cívica e o tipo de corpo pretendido pelo modo de produção e ascensão, para o trabalhador brasileiro. Contudo, apesar destas suas novas funções sociais, seus conteúdos continuam os mesmos de quando eram acessórios, com os mesmos princípios e metas. E este, no nosso modo de entender foi o grande retrocesso histórico destes elementos, ou a principal causa de sua estagnação. Eles não conseguiram avançar junto com a sociedade. E por isto, hoje a Educação Física e/ou Esportes estão em crise, crise de identidade, de valor, de objetividade e conseqüentemente de conhecimento, pois até agora, como já afirmamos, mesmo considerando o enorme número de trabalhos de pesquisa realizados a este respeito, ainda não conseguiram definir claramente os limites e identidade destes elementos.

Dito isto, acreditamos que defender a separação entre a Educação Física e os Esportes nas escolas brasileiras, bem como sua obrigatoriedade, da forma como estes se apresentam metodologicamente "organizados"; com os equívocos de conteúdos, métodos e finalidades; com a completa desarticulação com a educação; com esta falta de unidade e continuidade do conhecimento; com esta visão estreita e tacanha de homem e de mundo que tem permeado seus seguidores; com esta ingênua e "neutra" função pedagógica assumida, é no mínimo uma atitude irresponsável.

Afirmamos isto tendo em vista a visão concreta da escola atual. Ela não pode mais ser vista como um

privilégio apenas das elites do país. Por mais crianças e adultos que estejam fora dela, a escola brasileira reflète em seu interior todas as contradições da sociedade. Por isto, nela convivem pessoas em condições sociais antagônicas, cabendo ao profissional que trata com este conhecimento optar a serviço de quem está colocando seus conhecimentos e metas educacionais. Não podemos perder de vista que o conhecimento adquirido e o tempo gasto na escola para a maioria da população brasileira são de suma importância no processo de sobrevivência.

A criança ou o adolescente da classe proletária neste modo de produção capitalista, não pode se dar ao luxo de passar anos e anos na escola acumulando conhecimentos para disputar uma vaga nas universidades, como é o caso dos filhos da classe dominante. O sistema impõe-lhe que ingresse no mercado de trabalho o mais breve possível, sob pena de não sobreviver.

Como já mencionamos anteriormente, as relações entre os homens neste sistema faz com que, ao proletário não importe muito o tipo de trabalho realizado ou a qualidade de conhecimento recebido, importa sim, ter algum conhecimento, o bastante para conseguir um trabalho e continuar sobrevivendo. E nos perguntamos qual o sentido desta Educação Física que aí está para este trabalhador?

É preciso ter claro para responder a esta questão, que a Educação Física para as elites dominantes, para a nobreza ou aristocracia, nunca teve a conotação de direito ou de obrigação. Pelo contrário, ela sempre foi tida como parte importante e "natural" da educação destas pessoas, que tinham tempo de sobra para dedicar ao ócio, às artes, à música etc., pois viviam do trabalho alheio, o que seguramente não é o caso da maioria da população brasileira.

Apesar desta consideração, não podemos perder de vista também, que apesar de sempre ter servido à classe privilegiada, os conhecimentos disseminados ou pelo Esporte ou pela Educação Física, foram construídos pelos homens, e portanto precisam e devem ser transmitidos a todos os homens. Explorar este caráter contraditório é fundamental para a superação da visão sincrética existente a respeito do falso dualismo Esporte/Educação Física.

CONCLUSÕES

Nesta linha de raciocínio, para defendermos a obrigatoriedade da Educação Física a nível legal, precisamos ter claro qual o seu sentido político nos currículos escolares, nesta sociedade, tendo em vista o conhecimento como instrumento de luta para o trabalhador. Como ela poderá contribuir para a superação do sincretismo, da "miopia social" que permeia a maioria da população brasileira, no tocante a visão de homem e sociedade?

Ela não pode mais continuar sendo vista e defendida como um momento de "descontração, lazer, ou de extravasamento de emoções", pois como esperamos ter deixado claro, estes momentos não são co-

munis a toda a sociedade, mas privilégios de alguns. Sendo assim, não podemos tratar, como faz o liberalismo, o homem como um ser abstrato e universal, pelo contrário, ele é concreto e real e, portanto desigual. Em última palavra, isto significa dizer que para realizar o papel que tem realizado, historicamente, à nível escolar, a Educação Física bem como seu conhecimento são perfeitamente dispensáveis à classe trabalhadora. Porém se sair desta visão tacanha e mesquinha de homem e movimento, procurando entender a dialética do corpo da história e da sociedade, será de grande valia para o trabalhador, enquanto conhecimento, movimento e luta rumo à transformação do modelo social vigente.

Qualquer que seja a estratégia de luta nós nunca podemos perder de vista a história. E ela nos mostra que a atividade física sob forma de Ginástica, ou de Esporte, sempre fizeram parte da "mesa das elites" sociais como ornamento educacional. Nos mostra, também que apesar disto ela não pertence a esta classe so-

cial, e sim a humanidade de maneira geral. Nos cabe explorar suas contradições e possibilidades, apontando formas para que ela saia da condição passiva de coadjuvante do processo educacional, para o de ator principal desta relação.

Finalmente gostaria de deixar claro aos colegas que tentamos explorar neste trabalho não somente o caráter contraditório das questões, mas principalmente a totalidade do movimento social. Neste momento, o movimento social deixa claro, por uma série de razões que, caso a Educação Física deixe de ser obrigatória, dificilmente sobreviverá. E entre a eliminação eminente e a possibilidade de sua superação, optamos pela segunda, mesmo sabendo das dificuldades que teremos para conscientizar a grande maioria dos profissionais da área, que esta obrigatoriedade buscada não é um ponto de chegada, mas sim de partida.

Campinas, Setembro de 1988

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SAVIANI, D. **Contribuição e Elaboração da nova LDB: um início de conversa.** in: *Revista ANDE* n.º 13 1988. p.8.
 2. Idem pg. 7.
 3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo, ed. *Revista dos Tribunais.* 1988. p. 95.
 4. Idem Ibidem.
 5. COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar.** 2.ª ed. Rio de Janeiro. Graal 1983 apud: CASTELLANI, L. **Educação Física no Brasil, a História que não se conta.** São Paulo, PUC (Dissertação de Mestrado) 1988. p. 20.
 6. Idem Ibidem pg. 6.
 7. SÃO PAULO, Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Educação Física, Legislação Básica** (Federal e Estadual) SE/CEMP. 1985.
 8. BRASIL, op. cit. pg. 94.
 9. MARROU, I. H. **História da Educação na Antigüidade.** São Paulo, Edusp, 4.ª ed. 1973 pg. 185.
 10. Idem Ibidem, pg. 188.
-

I — EM BUSCA DE UM ESPAÇO...

“... Não foi apenas pelo pensamento, mas através de todos os sentidos que o homem se afirmou no mundo objetivo.” (K. Marx)¹⁾

Esta frase escrita por Marx nos meados do século XIX, reveste-se de atualidade quando trata-se de discutir a **EDUCAÇÃO ESCOLAR**, e nela, os conteúdos que constituem o seu currículo. A razão de considerarmos atual a frase escrita por Marx justifica-se, uma vez que nós, educadores de profissão, temos o hábito de desconsiderar a **Educação Física** e a **Educação Artística** enquanto “conteúdos curriculares”, julgando não serem eles necessários à formação do homem, considerando-os supérfluos e desnecessários, uma vez que não se ligam diretamente à atividade produtiva.

Ledo engano desconsiderar a educação dos sentidos, julgando-a hierarquicamente inferior ao pensamento. “O homem é um ser total e é totalmente que ele se apropria do mundo, é totalmente que ele é humano...” só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano ... é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva humana.⁽²⁾

Para Marx ... “ver, ouvir, cheirar, ter paladar, tato, pensar, olhar, sentir, querer, agir, amar” ... (3) são relações humanas com o mundo, uma vez que, como continua Marx ... “a formação dos cinco sentidos representa o trabalho de toda a história do mundo até hoje. O sentido sujeito às necessidades práticas vulgares não passa de um sentido limitado. Para o homem que morre de fome não existe a forma humana dos alimentos O homem cheio de preocupações, necessitado, não tem sentidos para o mais belo espetáculo. O comerciante de minérios apenas atende ao valor comercial dos minérios, não se apercebe da beleza, nem da natureza particular do mineral Por conseguinte, é necessária a objetivação do ser humano, tanto do ponto de vista teórico como prático, para tornar humano o sentido do homem e também para criar um sentido humano correspondente a toda a riqueza do ser humano e natural.”⁽⁴⁾

Na esteira das idéias de Marx acerca da formação sócio-histórica dos cinco sentidos, reportamos-nos aqui às palavras do professor e sociólogo Florestan Fer-

nandes, proferidas em palestra sobre o tema “**Educação e Constituinte**” na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, durante o primeiro semestre de 1987. Afirmava ele naquela ocasião, que “a educação escolar não deve ser unilateral, ou seja, contemplar apenas a educação intelectual, mas deve também contemplar a educação dos sentidos e aí (afirmava ele), eu vejo a **Educação Física** e a **Educação Artística**.”

A discussão colocada por Marx nos meados do século XIX, sobre a historicidade da sensibilidade humana, trazida à tona nos anos 80 do século XX pelo professor e sociólogo Florestan Fernandes, ao observar a necessidade de serem incluídos na educação escolar a **Educação Física** e a **Educação Artística**, conteúdos estes mais próprios à educação dos sentidos e ao desenvolvimento da sensibilidade humana, nos levam a discutir, em particular no caso da **Educação Física**, as razões de sua existência na escola hoje.

Gostaríamos de deixar claro que para nós, a sua inclusão ou permanência na escola não se pauta por questões “pedagógicas” ou “legalistas”. Não estamos advogando para este componente curricular, o lugar mágico e hierarquicamente superior que lhe imputam muitos profissionais da área, os quais, influenciados por uma “pedagogia ideológica”*, transformam a **Educação Física** escolar numa “panacéia universal”, em um “bem para todos os males”, julgando-a “útil” para todos os problemas de aprendizagem e outros mais apresentados pelas crianças e os adolescentes, afirmando ser o “movimento”, conteúdo próprio à **Educação Física**, capaz de “transformar” a escola, o ensino, bem como de tornar a criança “mais feliz”.

Da mesma forma também não advogamos a permanência da **Educação Física** na escola, apenas e tão-somente porque a atual legislação assim o exige. Esta é para nós uma justificativa pouco convincente, uma vez que ela não corresponde à concepção que temos acerca deste componente curricular chamado **Educação Física**. Além do que, o legalismo entendido como forma extremada de considerar as leis, acaba por respaldar posturas nitidamente corporativistas, as quais, por sua vez, agitam bandeiras de mercado de trabalho e não de necessidades pedagógicas.

¹ Marx, K. e Engels, F. *Sobre Literatura e Arte*, p. 192-3.

² Marx, K. citado por A. Leontiev no livro “*O Desenvolvimento do Psiquismo*”, p. 167.

³ Marx, K. Engels, F. *Sobre Literatura e Arte*, p. 23.

⁴ *Ibidem*, p. 25.

*Tomamos a expressão “Pedagogia Ideológica” de Bernard Charlot em seu livro denominado “*A Mistificação Pedagógica*”, leitura que recomendamos pela profundidade e abrangência com que trata o tema. Para o autor uma “Pedagogia Ideológica” é aquela que “... mascara ideologicamente a significação política da educação: apresenta a cultura como um fenômeno individual de realização de si mesmo, fenômeno que apresenta, certamente, conseqüências sociais, mas que não é, ele próprio, um fenômeno social, — define o homem e a criança com referência a uma natureza humana, universal e eterna... isola a escola da realidade social, concebendo-a como um meio educativo destinado a proteger a criança da influência educativa das realidades sociais...” p. 303-4.

Pelo contrário, ao buscarmos o entendimento daquilo que cabe a cada disciplina que constitui o currículo*, procuramos apreender o que é possível transmitir enquanto parte constitutiva de uma totalidade de conhecimentos, como este conhecimento particular pode ser transmitido sem estabelecer uma oposição com o geral.

Porém, para realizarmos esta tarefa, é preciso examinar atentamente o que fundamenta cada disciplina curricular e o porquê de sua existência, é preciso captar o que a definiu como tal, a que necessidade pedagógica veio atender.

Mas afinal ... temos ou não um “espaço” na escola, somos ou não “necessários” para o desenvolvimento pleno do homem?

Em primeiro lugar gostaríamos de deixar claro que o nosso “lugar” estará garantido, em grau de igualdade com os demais componentes curriculares, na medida em que a escola recuperar o conhecimento enquanto uma totalidade de saber e não como “saberes complementares”. Conhecimento que se integra e que interage não de modo artificial, não de modo preconceituoso como por exemplo, julgando ser a **Educação Física** escolar um arcabouço das atividades intelectuais onde cabe de tudo.

Quanto ao sermos ou não “necessários”, esta também é uma resposta que depende de uma reorganização do entendimento daquilo que é uma “necessidade”, bem como de termos claro, quais as necessidades que foram, historicamente, assumidas pela **Educação Física** na escola.

Necessidade para a existência deste componente curricular pode ser o adestramento físico, pode ser a performance física, pode ser a “adaptação ao meio social”, pode ser a seleção “natural” dos mais fortes, pode ser a busca do “talento” esportivo, pode ser a “instrumentalização” do trabalho intelectual ... como pode ser, e é esta a necessidade que acreditamos deve ser atendida pela **Educação Física** na escola, o caminho para a superação da unilateralidade do trabalho intelectual, a possibilidade de desenvolver a sensibilidade humana, uma vez que concordamos com Marx quando diz que os sentidos humanos, não apenas o tato, a audição, a visão, a gustação e o olfato, mas os sentidos ditos espirituais, como amar, ter vontade, etc., são obra da história da cultura humana. Um ouvido musical, um senso “rítmico” não são obra da natureza em si, mas da ação humana. Jogar, dançar, vivenciar os diferentes desportos, vivenciar práticas corporais de diferentes culturas, se entendidas em sua profundidade, ou seja, como fenômenos culturais, estarão contribuindo, em conjunto com os demais componentes curriculares para a formação de um homem capaz de se apropriar do mundo...

Jogar, dançar, praticar esportes, são também formas de se apropriar do mundo, e não apenas de fugir dele, se alienar dele. Eis o aspecto humano de um componente curricular não ligado diretamente à atividade produtiva que precisa ser recuperado pela escola, transformado em disciplina curricular e desenvolvido como possibilidade histórica de romper com uma educação unilateral, ainda que numa sociedade capitalista.

II. A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS: TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS

Para atender de forma mais sintética, de forma mais organizada como se apresenta uma determinada prática social, é necessário fazer o caminho de volta, ou seja, buscar na história, os elementos e as condições que a tornaram do modo como se apresenta. Fazendo o percurso de volta e depois retornando ao ponto de onde saímos, acreditamos poder encontrar os elementos necessários para enfrentar, e quem sabe, resolver os problemas daquela dada prática social. É importante esclarecer que estes elementos não estão dados de forma já organizada, pronta e acabada e que foram simplesmente esquecidos em algum canto das páginas da história. O que queremos salientar é que, nos cantos esquecidos das páginas da história estão os elementos que, historicamente, poderão nos auxiliar a construir as soluções para os problemas da sociedade em geral, da educação escolar em geral, e da **Educação Física** em especial.

Quando encerramos a primeira parte deste artigo, nos referimos ao “**Movimento Humano**” como possibilidade histórica de romper com uma educação escolar unilateral. Todavia, consideramos fundamental clarificar que a “possibilidade” a que nos referimos, é uma possibilidade histórica, e sendo assim, poderá ou não realizar-se, uma vez que, são as condições econômicas, políticas e culturais de uma sociedade em seu conjunto, bem como as condições de maturidade teórica da **Educação Física** e dos demais componentes curriculares, que permitirão a realização ou não de uma educação escolar, efetivamente multilateral.

Ao falarmos em “educação multilateral”, não estamos advogando a invasão do espaço escolar, por toda sorte de “novidades”, bem como não desejamos que ele venha a se constituir em “mercado”, por excelência, para todas as “novas” profissões que uma sociedade doente gera. Pelo contrário, é em nome de sua preservação que vemos a necessidade de que ela, a escola, assuma de modo competente uma educação intelectual, física e politécnica, elementos constitutivos de uma educação escolar, verdadeiramente multilateral.

*Ao longo deste artigo o termo CURRÍCULO será entendido conforme a definição dada pelo Prof. Demerval SAVIANI em artigo publicado, pela Revista ANDE, intitulada “O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira”. Discutindo com muita propriedade, e numa linguagem bastante clara, o Prof. SAVIANI define CURRÍCULO como sendo o “... conjunto de atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Isto porque, como justifica ele “... se tudo o que acontece na escola é currículo, se se apaga a diferença entre curricular e extracurricular, então tudo acaba adquirindo o mesmo peso; e abre-se caminho para toda sorte de tergiversações, invenções e confusões que terminam por descaracterizar o trabalho escolar. Com isso, facilmente o secundário pode tomar o lugar daquilo que é principal” p. 11.

Fazendo o caminho de volta para entender como se construiu a **Educação Física** escolar que aí está, podemos afirmar que ela, enquanto matéria curricular, em momento algum de sua história, obteve o mesmo status que qualquer outra dentro do universo escolar. Não faltam justificativas para a posição inferior que ocupa neste universo. Elas vão desde o idealismo platônico, que enaltece o campo das idéias e menospreza tudo o que é corpóreo, evidenciando nitidamente a superioridade do 1º em relação ao 2º, passando pelo racionalismo cartesiano que entende o homem como um ser composto por duas partes distintas — o corpo e a alma — conferindo superioridade ao 2º por tratar-se do mundo espiritual, e menosprezando o 1º por estar afeto ao mundo material, até aquelas que, pelas razões postas e outras ainda ligadas ao preconceito produzido por uma sociedade de base escravagista, fazem da **Educação Física** algo próximo ou até mesmo idêntico ao trabalho manual, historicamente colocado em posição inferior ao trabalho intelectual.

Justificativa não menos contundente é aquela que poderíamos chamar de um “cartesianismo às avessas”, posição que tem levado muitos professores a enaltecer hipertrofiadamente toda a substância material do homem, tudo o que se relaciona a sua “corporeidade” e inferiorizar a sua substância intelectual.

Assunto pouco discutido em debates educacionais, tem a **Educação Física**, pelas razões expostas e por outras que não nos cabem aqui discutir, ficado sujeita a interpretações que não extrapolam o nível do senso comum, ou seja, de que o seu espaço na escola se define, se afirma ou se anula pelo número de medalhas e troféus que conquista nos mais diferentes “eventos”, ou pela disponibilidade do professor desta matéria em organizar “festas” e “auxiliar” em tarefas extra-curriculares. Some-se a isto o fato de ser ela alimentada por construções teóricas que a reduzem* a um biologismo ou a um biopsicologismo (BRACHT, 1985; CASTELLANI, 1985/88)⁵, construções estas que nos permitem situá-las no quadro das teorias não-críticas da educação (Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista)⁶ podendo, a partir desta análise, ser entendida como algo autônomo em relação à sociedade, como algo que acontece independente dos sujeitos e da realidade concreta, fornecendo deste modo elementos para que a consideremos, pelo modo como tem se organizado na escola brasileira, como uma forma a-histórica de relação com o mundo.

Coerente com estas visões reducionistas do trabalho com o Movimento Humano, está a legislação que regulamenta a sua prática. Reproduzimos abaixo a análise

feita pelo Professor Lino Castellani Filho⁷ acerca desta questão:

“...Teve ela (Educação Física) — dada a contundente presença da visão tecnicista nas leis n.ºs 5.540/68 e 5.692/71 — reforçando o seu caráter instrumental, caráter esse que, num primeiro instante, veio a configurar-se no zelar, enfaticamente, pela preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, buscando com esse proceder, assegurar ao ímpeto desenvolvimentista então em voga, mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada. Esse caráter instrumental, evidencia-se ainda mais, quando o Decreto n.º 69.450/71, em seu artigo 1º, refere-se a ela como sendo ‘...atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo-se em um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da Educação Nacional...’ O termo atividade empregado no texto legal, tem sua definição expressa formalmente no Parecer n.º 853 de 12 de novembro de 1971, do CFE, e na resolução n.º 8 de 1º de dezembro do mesmo ano e daquele mesmo Conselho, ganhando a conotação de um fazer prático não significativo de uma reflexão teórica...

...A compreensão da Educação Física enquanto ‘matéria curricular’ incorporada aos currículos sob a forma de atividade — ação não expressiva de uma reflexão teórica, caracterizando-se, desta forma, no ‘fazer pelo fazer’ — explica e acaba por justificar sua presença na instituição escolar... enquanto uma mera experiência limitada em si mesma, destituída do exercício da sistematização e compreensão do conhecimento, existente apenas empiricamente. Como tal, faz por reforçar a percepção da Educação Física acoplada mecanicamente, à ‘educação do físico’, pautada numa compreensão de ‘Saúde’ de índole biofisiológica, distante daquela observada pela Organização Mundial da Saúde, compreensão essa, sustentadora do preceituado no § 1º do artigo 3º do Decreto n.º 69.450/71, que diz constituir a aptidão física, ‘a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino..’

Com objetivos que se pautam pelo desenvolvimento e aprimoramento da “aptidão física”, interpretado à luz das ciências biológicas e psicológicas de base positivista, é evidente que a **Educação Física** na escola e os conteúdos por ela veiculados, ficavam a mercê de um atestado médico (artigo 12 do Decreto n.º

*O verbete “redução” possui vários significados. Para nossas análises ao longo deste artigo entendemos “redução” como “... o ato ou o efeito de subjugar”. Assim, quando falarmos em reducionismos biológico, biopsicológico ou pedagógico, estamos com isto afirmando que o ser humano, enquanto um ser total fica “reduzido”, fica “subjugado”, a uma de suas partes — Novo Dicionário AURELIO.

⁵ BRACHT, V. “A criança que joga respeita as regras do jogo... capitalista” in CBCE/Revista Brasileira do Colégio de Ciências do Esporte, col. 7, n.º 2 nov./dez. 1985, p. 62 e CASTELLANI FILHO, L. “Tendências na Educação Física no Brasil”, in Resumos da 37ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1985, ver também CASTELLANI FILHO, L. “Educação Física no Brasil: a História que não se conta”. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC/SP, 1988.

⁶ SAVIANI, D. “Escola e Democracia” p. 9-15.

⁷ CASTELLANI, FILHO, L. “Educação Física no Brasil: A História que não se conta”, 1988, p. 65-7.

69.450/71), uma vez que significavam rendimentos físico, performance e não conhecimento.

Sob a égide de tal arcabouço legal, os planejamentos oficiais de **Educação Física** escolar, elaborados por instâncias da burocracia de Estado, também expressam o reducionismo biológico e/ou biopsicológico. Estes planejamentos oficiais de um modo geral, se pautam por uma excessiva ênfase na aptidão física e deste modo são fiéis às exigências legais, ou buscam dar um tratamento mais psicológico ao Movimento Humano, afirmando ser o “desejo” de movimentar-se e o “prazer” deste desejo satisfeito, os pontos fundamentais para o desenvolvimento da **Educação Física** na escola. Além disso, estes planejamentos também introduzem uma certa “pedagogização”, na medida em que discutem uma **Educação Física** em si, uma criança em si, uma escola em si, e desse modo não estabelecem os nexos necessários para se poder discutir uma **Educação Física** para uma criança vinda de uma determinada classe social e frequentando, pela sua condição de classe, uma determinada escola.

Na tentativa de trazer elementos para nossa reflexão sobre os pontos até agora levantados neste nosso caminho de volta, passamos agora a discutir mais especificamente as duas tendências por nós apontadas, a biologização e a biopsicologização.

A **BIOLOGIZAÇÃO** na **Educação Física** pode ser por nós identificada através da presença marcante do pensamento médico nos caminhos por ela trilhados.

Do século XIX até os nossos dias, para pegarmos apenas a história mais recente, é este pensamento que tem influenciado a **Educação Física**, desde a formação de seus profissionais, facilmente verificável pela excessiva carga horária de disciplinas “**biológicas**”, passando pelos cursos de pós-graduação** ao nível de mestrado, até as publicações relativas ao Esporte em geral, bem como as demais atividades corporais.

Outro aspecto importante a ser discutido inerente a esta tendência, é a relação mecânica que se estabelece entre **Educação Física** e saúde. A saúde em seu interior é entendida como saúde física, como saúde de um corpo abstraído de sua realidade material concreta. Para nós, o termo saúde, só pode ser entendido como saúde social, ou seja, como resultante de condições dignas de vida. Do mesmo modo, não entendemos a **Educação Física** em si, como geradora de saúde, daí afirmarmos ser mecânica a relação que se estabelece entre **Educação Física** e saúde, e que até hoje é fortemente veiculada pela cultura de massa* com slo-

gans do tipo, “esporte é vida”, “esporte é saúde”, “pratique esporte” e outros mais.

No interior desta tendência, a expressão **Educação Física** acaba sendo reduzida ao termo físico e, desta forma significando educação do físico, do corpo, da substância material do homem, significando um punhado de receitas para endireitar as costas ou perder a barriga.

É pertinente transcrevermos aqui as idéias de Francisco Sobral⁽⁸⁾ sobre o assunto. Diz-nos ele que, ...“ se o agente de ensino vê na **Educação Física** uma simples organização de meios, de fórmulas e processos que levam a melhoria do rendimento fisiológico individual, se os resultados da sua ação não excedem os limites de um eventual aperfeiçoamento biológico, então o exercício físico surge justificado apenas pelas propriedades típicas da matéria viva, o que redundaria no idealismo fisiológico ou dele surge como resultante. E, assim, não apenas se acentua o conflito formal como também a **Educação Física**, ao privilegiar o movimento orgânico, a-histórico ...recusa a si mesma o estatuto de disciplina pedagógica.”

A **Educação Física** é uma prática social e, como observa J. Rouyer⁽⁹⁾ ... trata-se de assimilar as práticas sociais totais, cuja dominante pode ser intelectual ou física ...É importante notar bem o caráter de totalidade das atividades humanas”, daí porque, esta tendência nos parece ser reducionista.

Estas análises se colocam como fundamentais, uma vez que, o ato de mover-se para o homem não foi, historicamente falando, sempre o mesmo. A motricidade humana é também uma forma concreta do homem relacionar-se com o mundo, de intervir na sua feita, bem como de representar este mesmo mundo.

É curioso observarmos, por exemplo, a afirmação de que o ato de correr e saltar são formas “naturais” de movimento. Ao colocarmos o termo “natural” antecedendo estas ações humanas, acabamos por entendê-las destituídas de historicidade, como se estas ações nascessem com o homem e fizessem parte de sua “natureza” biológica, negando o fato de que o equipamento biológico da espécie humana, que permite práticas físicas determinadas como andar, correr, saltar, foi sendo elaborado até suas caracterizações atuais, na estreita relação e atuação do homem com o mundo material. Estas formas motoras de atuação com e no mundo não são formas “naturais” no seu sentido biológico mais grosseiro, mas sim, formas culturais, social e historicamente construídas.

*Entendemos aqui a BIOLOGIA como ciência-mãe. Com isto, ao referirmo-nos a “disciplinas biológicas” estamos nos referindo à Bioquímica, Anatomia, Nutrição, Biomecânica, Fisiologia, Neuro-anatomia, Fisiologia do Esforço, Cinesiologia... etc.

**Existem hoje no Brasil seis programas de pós-graduação ao nível de mestrado em Educação Física: USP/São Paulo, UFSM/Santa Maria, UFRJ/Rio de Janeiro, UNAERP/Ribeirão Preto e UNICAMP/Campinas.

*Segundo Melo de CARVALHO em seu livro “Cultura Física e Desenvolvimento”, o conceito de “cultura de massa” é “... profundamente ambíguo, a ele estão ligados os conceitos de “sociedade de massa”, de “consumo de massa” e de “mass mídia”, termos que traduzem de um “ponto de vista psicológico, a homogeneização dos indivíduos e o seu encaminhamento, através de formas sutis mais eficazes de pressão mental, para o consumo e para a passividade intelectual ... o significado da cultura de massa é o de constituir um bloqueio à autêntica cultura, mascarando por detrás de um vago processo de democratização cultural, os verdadeiros interesses da classe burguesa”, é importante ver também a discussão que faz o autor sobre “cultura popular”, uma vez que é comum hoje em Educação Física a confusão entre estes dois conceitos, pp. 77-82.

⁸SOBRAL, F. “Para uma teoria da Educação Física”, p. 5-21.

⁹ROUYER, J. “Estudos sobre o Significado Humano do Desporto e dos Tempos Livres e Problemas da História da Educação Física”, in “Desporto e Desenvolvimento Humano”, p. 192-193.

Neste particular, é pertinente lançarmos mão de estudos realizados pela antropologia física⁽¹⁰⁾, os quais demonstram ...” que a estação vertical, a anatomia da mão e as suas possibilidades funcionais se formaram no processo de relação do homem com a realidade material, na ação recíproca entre o indivíduo e o mundo. Assim, a corrida, a marcha, a preensão não se resumem na dimensão orgânica do movimento, são ...movimentos objetivos, organizados que servem para intervir no mundo objetivo e na sua transformação, implicados diretamente no processo geral, histórico do trabalho.”

Desse modo, não podemos conceber o trato reduzido com a questão do jogo, da dança ou do desporto. Todas estas formas motoras, encerram uma historicidade, constituem-se em fato e fator da cultura humana objetivada pela ação motora.

Porém, para dimensionarmos o que existe de humano nestas práticas corporais por nós apontadas, é necessário recuperá-las enquanto um fenômeno cultural, e nesta direção, estaremos também recuperando a própria **Educação Física** na escola.

No caso do desporto por exemplo, é necessário ensiná-lo não apenas enquanto o domínio mecânico de “meia dúzia de regras”, mas sim, em toda a amplitude que encerra um fenômeno cultural, com sua história feita concretamente ao longo do tempo.

Recuperar o conteúdo da **Educação Física** escolar e transformá-lo por assim dizer, significa para nós **conhecer** a cada dia mais o fenômeno cultural esportivo, as práticas corporais contemporâneas*, as práticas corporais milenares**. Mas **conhecer** não significa reproduzir mecanicamente no interior da escola toda e qualquer “novidade” em relação aos trabalhos com o corpo, bem como dominar apenas os aspectos técnicos de um ou vários esportes. Embora o domínio desta técnica constitua um aspecto importante de seu ensinamento, ele é apenas uma parte, um pedaço, não é o esporte. É preciso termos a clareza de que a técnica é apenas aquilo que permite ao homem conhecer mais, que o instrumentaliza para avançar no conhecimento do mundo.

É necessário que a todo o momento busquemos a totalidade em nossas ações pedagógicas, uma vez que os conteúdos que ensinamos em nossas aulas de **Educação Física** são construções humanas, e possuem a amplitude também humana, daí porque lançamos nossas críticas aos reducionismos que a ciência positiva desenvolveu, e que a ideologia se encarregou de disseminar.

Quando tecemos nossas críticas em relação à influência do pensamento médico e das disciplinas bio-

lógicas nos caminhos da **Educação Física**, não estamos de modo algum, sendo refratários aos avanços permitidos pelas pesquisas realizadas por estas disciplinas científicas e por aqueles profissionais para o entendimento do desenvolvimento humano.

O que queremos evidenciar é que “... o indivíduo humano é um ser biológico enquanto um exemplar da espécie *Homo sapiens*, mas isto não basta para o caracterizar pois, além das determinações biológicas, está sujeito às determinações sociais, e é precisamente por esta razão um ser social”⁽¹¹⁾.

Portanto, sendo o “movimento” que estudamos, “humano”, acreditamos não ser possível abstrair o conteúdo social que ele encerra e que foi produzido historicamente. Se assim o fizermos, estaremos cometendo um grande equívoco, o equívoco de tomar a “parte” pelo “todo” e ao conhecê-la e dominá-la enquanto “parte”, julgar estar conhecendo e dominando o “todo”, o que em outras palavras é subjugar o todo às partes, ou seja, reduzi-lo.

A BIOPSIKOLOGIZAÇÃO na **Educação Física** encontra suas bases de sustentação nas teses centrais que nortearam o surgimento da Pedagogia Nova, pedagogia esta que chega ao Brasil na década de 20 deste século, bem como na Pedagogia Tecnicista, que influencia a educação brasileira por volta dos anos 70.

A Pedagogia Nova, fortemente influenciada por uma Psicologia de base biológica, assim como pela própria Biologia, se colocava contrária aos métodos tradicionais de ensino, e lançava no Brasil no ano de 1932 seu “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, manifesto este que continha as bases para uma verdadeira “reconstrução educacional” na ótica dos escolanovistas, nome que recebeu o movimento educacional subjacente à Pedagogia Nova.

No espaço reservado à discussão da “função educacional”, o “Manifesto da Educação Nova⁽¹²⁾” afirma que:

“... nenhum outro princípio poderia oferecer ao panorama das instituições escolares perspectivas mais largas, mais salutares e mais fecundas em consequência, do que esse que decorre logicamente, da **finalidade biológica da educação***. A seleção dos alunos nas suas **aptidões naturais**, a supressão de **instituições criadoras de diferenças de base econômica**, (entre outros) ...constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador, que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares ...Nessa nova concepção da escola, que é uma reação contra as ten-

¹⁰ SOBRAL, F. “Para uma teoria da Educação Física”, p. 15.

*Entendemos por “práticas corporais contemporâneas”; e Antiginástica de Therese Bertherat e L. Bernstein, a Biodança, resguardando os seus limites e o forte viés psicológico que contém. Além destes trabalhos, destacamos também aquele desenvolvido por Mosche Feldenkrais.

**Entendemos por práticas corporais milenares, o yoga, o tai-chi-chuam para exemplificarmos. Estas práticas corporais fazem parte de toda cultura oriental, e, portanto, cada um de seus gestos representa uma forma de conhecer o mundo bem como a si mesmo.

¹¹ SCHAFF, A. “História e Verdade”, p. 79-80.

¹² A Reconstrução Educacional no Brasil: Ao Povo e ao Governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, p. 49-54.

*Os grifos são nossos.

dências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, a atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é **atividade espontânea, alegre e fecunda**, dirigida à satisfação das **necessidades do próprio indivíduo**. Na verdadeira educação funcional deve estar, pois, sempre presente, como elemento essencial e inerente à sua própria natureza, o problema não só da correspondência entre os graus do ensino e as etapas da **evolução intelectual** fixadas **sobre a base dos interesses**, como também da **adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento**. O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a **predominância dos trabalhos de base manual e corporal**, mas a presença, em todas as suas **atividades, do fator psicobiológico do interesse**, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o **estímulo constante ao educando ... a buscar todos os recursos ao seu alcance "graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas ..."**

Seria leviano de nossa parte julgarmos que estas breves citações representam toda a complexidade político-pedagógica que foi o movimento escolanovista.

Todavia, para o desenvolvimento deste artigo, estas teses centrais extraídas do "Manifesto da Educação Nova", nos parecem fundamentais para discutirmos, do ponto de vista histórico, as bases da biopsicologização da **Educação Física**. Não podemos esquecer que a Pedagogia Nova desloca o "...eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade... Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender"⁽¹³⁾.

Estes são elementos da Pedagogia Nova que, embora presentes na educação em geral na primeiras décadas do século, só aparecem de fato na **Educação Física** por volta da década de 70, quando então inicia-se um movimento de crítica aos métodos tradicionais* de seu ensino até então utilizados.

É possível afirmar que a **Educação Física** neste período se fundamenta nas teses centrais da Escola Nova por nós apontadas, voltando-se ... para os aspectos

referentes aos estágios de maturação, organização da capacidade para aprender, para o respeito às diferenças individuais da criança e do jovem ... Idéias de liberdade e individualidade, permeiam os discursos ... da **Educação Física**, preocupada com novos métodos, onde a criatividade, a iniciativa, a experiência, o aprender a aprender, o respeito aos interesses e necessidades, são exaltados como os novos marcos para a transformação da **Educação Física** brasileira"⁽¹⁴⁾.

Expressão mais acabada desta mudança no discurso da **Educação Física** escolar, é o surgimento da psicomotricidade, que ganha impulso, segundo a Professora Rossana V. Souza e Silva⁽¹⁵⁾, tanto pela "ida de professores para a realização de cursos no exterior", como da vinda ao Brasil do "Dr. Jean LeBouch em dezembro de 1978, para realizar um curso de psicomotricidade "sob a orientação geral da SEED* e dirigido principalmente a professores de **Educação Física** das universidades brasileiras?"

É ainda durante o fim dos anos 70 e início dos anos 80 que crescem as publicações sobre o assunto, bem como ocorre a tradução para o português de autores como o próprio LeBouch, Jacques Chazaud, Picq e Vayer, Lapiere e Aucoutrier, entre outros.

Embora a psicomotricidade tenha trazido importantes contribuições para a **Educação Física** escolar, acreditamos que a sua incorporação a ela tenha se dado de forma mecânica e sem maiores aprofundamentos sobre o tema "... Discutiu-se sobre seus princípios metodológicos; suas técnicas de aplicação; falou-se exageradamente sobre as fases do desenvolvimento psicomotor⁽¹⁶⁾ ...e ainda hoje, segundo o nosso ponto de vista, as discussões em torno dela não têm dado conta de perceber que constituiu-se apenas numa "... mudança a nível metodológico (além do que) ...a própria denominação "psicomotricidade", ao nossos ver, merece ser questionada, já que parece no mínimo redundante o acréscimo do termo "psico", ao nos referirmos à motricidade humana"⁽¹⁷⁾.

Todavia não é apenas no movimento escolanovista que encontramos as bases da Biopsicologização da **Educação Física** escolar. A Pedagogia Tecnicista que nos anos 70 influencia e determina fortemente a educação brasileira, vai também influenciar e determinar a **Educação Física** escolar, atribuindo-lhe como papel... a melhoria da aptidão física, o desenvolvimento intelectual e a manutenção do equilíbrio afetivo ou emocional"⁽¹⁸⁾, o que a partir de uma abordagem sistêmica significa atuar sobre os domínios psicomotor, cognitivo e afetivo.

¹³ SAVIANI, D. "Escola e Democracia", p. 11-3.

*Constituem exemplos dos métodos tradicionais de ensino da Educação Física o Método Francês, o Método Alemão, o Método Sueco, o Método Natural de Hérbat, a Calistenia... Para maiores detalhes consultar Inezil P. MARINHO, "Sistemas e Métodos de Educação Física"; para uma leitura crítica, consultar Apolonio A. do CARMO em seu "Educação Física: Competência Técnica e Consciência Política em busca de um Movimento Simétrico".

¹⁴ SOUZA e SILVA, Rossana Valéria de. "A Psicomotricidade e o Processo de Veiculação do Conhecimento na Educação Física", 1987.

¹⁵ Ibidem, p. 5.

*SEED é a sigla da Secretaria de Educação Física e Desportos, órgão ligado ao Ministério da Educação.

¹⁶ Ibidem, p. 6.

¹⁷ Ibidem, p. 7.

¹⁸ BRACHT, V. "A Criança que Pratica Esporte Respeita as Regras do Jogo... Capitalista", p. 62.

As atividades físicas tais como os jogos e os desportos, reduzidas aos aspectos exclusivamente biológicos e/ou estudados a partir de uma psicologia de base biológica, serviriam para “formar” um cidadão física e psiquicamente “adaptado” à estrutura social vigente, desempenhando da melhor forma o papel que lhe cabe numa sociedade calcada na ideologia do “desenvolvimento” com “segurança”.

Entretanto, para uma psicologia comprometida com o desenvolvimento pleno do homem e com sua emancipação, o conceito de “adaptação do homem ao seu meio”, adquire outro significado, pois como observa Leontiev⁽¹⁹⁾ “...o sucesso do seu desenvolvimento pode consistir, para um homem, não numa adaptação mas em sair dos limites do seu meio imediato que, no caso, constituiria simplesmente um obstáculo a uma expressão eventualmente mais completa da riqueza das suas propriedades e aptidões verdadeiramente humanas...”

Precisamos ter sempre em mente as possibilidades concretas que tem o homem, em condições determinadas, de mudar o curso de sua história, libertando-se de teorias que ainda hoje sustentam, segundo afirmações de Leontiev⁽²⁰⁾ “...a tese fatalista de uma determinação do psiquismo do homem pela herança biológica. Esta tese vem alimentar, em psicologia, as idéias da discriminação racial e nacional, do direito ao genocídio e as guerras de extermínio ... Ela está em contradição flagrante com os dados objetivos das investigações psicológicas científicas.”

A psicologia reveste-se de importância para o estudo do Movimento Humano, quando abandona a idéia de ser o “desejo” e o “prazer” de movimentar-se, um desejo e um prazer descolados de uma realidade material, como se surgissem espontânea e magicamente do interior da “natureza humana” em si.

A atualidade dos estudos realizados por L.S. Vygotski por volta de 1927, trazem em cena importantes contribuições para a edificação de uma psicologia do homem. A. Leontiev, ao estudar os trabalhos de Vygotski⁽²¹⁾, afirma que ele “... efetuou a crítica teórica das concepções biológicas naturalistas do homem e opôs-lhe a sua teoria do desenvolvimento histórico e cultural. O mais importante é que introduziu na investigação psicológica concreta a idéia da historicidade da natureza do psiquismo humano e a da reorganização dos mecanismos naturais dos processos psíquicos no decurso da evolução sócio-histórica e ontogênica. Vygotski interpretava esta reorganização como resultado necessário da apropriação pelo homem dos produtos da cultura humana no decurso dos seus contatos com os seus semelhantes...”

Estas breves referências tomadas dos estudos de Vygotski nos evidenciam a importância de uma psicologia comprometida com o homem como ser históri-

co e social, uma psicologia que não reduz, que não subjugue à totalidade humana ao seu campo particular, pelo contrário, consegue fazer a relação necessária entre o todo e as partes, uma vez que estas não existem em si, mas tão-somente referidas a totalidade humana.

Ao falarmos em Biopsicologização, ou “Biopsicologismo”, queremos evidenciar que o homem não é um ser psicológico ou biopsicológico. Queremos com nossas análises, ainda que precárias, salientar a natureza sócio-histórica do psiquismo humano, a natureza cultural do seu “desejo” e do seu “prazer”. Alertar sempre e a todo o momento para o fato de que as crianças e os adolescentes não chegam vazios à escola e as aulas de qualquer uma das disciplinas que integram o universo escolar.

Os reducionismos, em nossa forma de entender, sejam eles de qual natureza forem, longe de contribuírem para o avanço da área, têm contribuído para o seu retraimento, pois se estudamos o Movimento Humano, não estudamos qualquer movimento, mas sim um, específico e pleno, o Movimento Humano que é social e culturalmente construído e, como tal, precisa ser analisado em toda sua totalidade, ou seja, como resultante da interação de seus componentes biológicos, psicológicos e sócio-culturais, e não por partes, bem ao gosto da ciência positiva que supõe ser o todo, a sua soma mecânica.

Nossa insistência ao longo deste artigo em evidenciar os reducionismos que marcaram e que ainda marcam a **Educação Física** escolar, se coloca na medida em que, toda a riqueza contida naqueles conteúdos próprios a ela acabam, na maioria das vezes, tornando-se expressão acabada e pronta de um Biologismo ou de um Biopsicologismo grosseiro, servindo para adestrar e reprimir a criança e o adolescente que frequentam nossas escolas. Com esta afirmação não estamos, de modo algum, querendo discutir a **Educação Física** escolar fora da ciência. Pelo contrário, é buscando explicações para a **Educação Física** escolar em conceitos claros sobre o Movimento Humano, movimento este entendido como resultante da interação dos diferentes aspectos que constituem a totalidade humana, é que estamos, efetivamente, caminhando ao encontro da ciência, e buscando na ciência a desmistificação das determinações biológicas que pesam sobre a **Educação Física**, assim como, o entendimento de conceitos a-históricos construídos por uma psicologia idealista.

III. AFINAL, COMO “VER” A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA?

*“Ver as coisas por fora é fácil e vão!
Por dentro das coisas
É que as coisas são.” (Carlos Queirós)⁽²²⁾*

¹⁹ LEONTIEV, A. “O Desenvolvimento do Psiquismo Humano”, p. 172.

²⁰ Ibidem, p. 258.

²¹ VYGOTSKI, L.S., citado por LEONTIEV, A. in “O Desenvolvimento do Psiquismo”, p. 153.

²² QUEIRÓS, Carlos apud CASTELLANI FILHO L. in “Educação Física no Brasil: a história que não se conta”, p. 01.

O poema de Carlos Queirós nos instiga a abandonarmos o que está por fora, alertando-nos poeticamente para vermos o que está por dentro. Fala da efemeridade e da facilidade do que é aparente e deixa no ar ... como um desafio, o adentrar nas "coisas".

Sem dúvida alguma, a profundidade destes versos nos leva a refletir sobre a necessidade de olharmos a **Educação Física** por dentro, buscando os elementos necessários para fazer dela uma disciplina pedagógica, que venha a desenvolver, criticamente, uma "consciência corporal", um entendimento do que é o corpo... de como este corpo, ao longo da história foi tratado pelas diferentes civilizações, uma vez que é através dele que se objetiva o movimento, movimento este que expressa toda a amplitude humana.

Suely Kofes⁽²³⁾, na coletânea "Conversando sobre o Corpo nos diz que"...o corpo aprende e é cada sociedade específica em seus diferentes momentos históricos e com sua experiência acumulada que o ensina...nele marcando as diferenças que reconhece e/ou estabelece."

Se é a **Educação Física**, aquele componente curricular que trabalha com o corpo, num "corpo que aprende", acreditamos ser ela a responsável no interior do universo escolar, por um campo de conhecimento específico, campo este que lhe é peculiar perante aos demais componentes curriculares, relacionado à "...compreensão e explicação dos valores ético-políticos do corpo que prevaleceram e o determinaram nos mais distintos momentos históricos...", conforme assinala Lino Castellani Filho⁽²⁴⁾.

O desenvolvimento de uma "consciência corporal" através de uma **Educação Física** assim entendida, não será conquistado apenas pelo (re)conhecimento anatômico do corpo humano ou das suas possibilidades biomecânicas e fisiológicas. Estes são elementos fáceis de serem identificados, eles se constituem apenas na aparência. Adentrarmos na **Educação Física**, vê-la por dentro, nos permitirá, de fato, entendermos aquilo que define a consciência corporal do homem, que é, nas palavras do autor supracitado "...a sua compreensão a respeito dos signos tatuados em seu corpo pelos aspectos sócio-culturais de momentos históricos determinados. É fazer o Homem sabedor de que seu corpo sempre estará representando o discurso de uma época e que a compreensão do significado desse "discurso", bem como dos seus determinantes, é condição essencial para que ele possa vir a participar do processo de construção do seu tempo e, por conseguinte, da elaboração dos signos que serão gravados em seu corpo"⁽²⁵⁾.

Num tempo onde a cultura de massa, veiculadora da ideologia dominante impõe toda uma gama de "idolatria" ao corpo, num verdadeiro "culto", construindo aquilo que Wanderley Codo e Wilson A. Senne chamaram "Corpolatria"⁽²⁶⁾, ensaio este que recomendamos como leitura, fica-nos mais do que nunca evidente o nosso papel no interior do espaço escolar, como aqueles profissionais, potencialmente, capazes de fazer do trabalho corporal um instrumento para a emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. A Reconstrução Educacional no Brasil: Ao Povo e ao Governo: "MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA" Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1932.
2. BERTHERAT, T. e BERNSTEIN, C. O Corpo tem suas razões: Antiginástica e consciência de si. Martins Fontes, São Paulo, 1977.
3. BRACHT, V. "A Criança que joga respeita as regras do jogo ... capitalista. "Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. "7", n.º 8, pp. 62-68, 1985.
4. CARMO, A.A. do. Educação Física: competência técnica e consciência política em busca de um movimento simétrico. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
5. CARVALHO, M. de. Cultura Física e Desenvolvimento. Compendium Lisboa, 1976.
6. CASTELLANI FILHO, L. "Tendências na Educação Física no Brasil" in Resumos da 37.ª Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte, julho, 1985.
7. _____ . "Educação Física no Brasil: a História que não se Conta." Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1988.
8. _____ . "Diretrizes Gerais para o ensino de 2º Grau: Núcleo Comum — Educação Física." in Projeto SESG/MEC PUC/SP, pp. 1-39, 1988. A ser publicado.
9. CHARLOT, B. A mistificação pedagógica. Zahar Editores S.A. Rio de Janeiro, 1983.
10. CODO, W. e SENNE, W.A. O que é (corpo)latria. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.
11. FELDENKRAIS, M. Consciência pelo Movimento. Summus. São Paulo, 1977.

²³ KOFES, Suely. "E sobre o Corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou o discurso desse corpo sobre o qual se fala", in Conversando sobre o Corpo, p. 47-8.

²⁴ CASTELLANI FILHO, L. "Diretrizes Gerais Para o Ensino de 2º Grau". Núcleo Comum — Educação Física, Projeto SESG/MEC - PUC/SP, 1988, p. 7.

²⁵ Ibidem, p. 7-8.

²⁶ CODO, W. e SENNE, W.A. "O que é (Corpo)Latria".

12. KOFES, S. "E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou o discurso desse corpo sobre o qual se fala..." in *Conversando sobre o Corpo*. Org. Heloisa BRUHNS. Editora Papyrus. Campinas, 1985.
 13. LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Livros Horizonte Ltda. Lisboa, 1978.
 14. MARINHO, I.P. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. 5ª edição, s.d.
 15. MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. Coleção Bases nº 16, Global Editora, São Paulo, 1986.
 16. ROUYER, J. "Pesquisas sobre o Significado Humano do Desporto e dos Tempos Livres e Problemas da História da Educação Física". in *Desporto e Desenvolvimento Humano*. Seara Nova Lisboa, 1977.
 17. SAVIANI, D. "O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira". *Revista An-de "4"*, nº 7, pp. 9-13, 1984.
 18. _____ . *Escola e Democracia*. Cortez Editora/Autores Associados. São Paulo, 1985.
 19. SCHAFF, A. *História e Verdade*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1983. 2ª edição.
 20. SOUZA e SILVA, R.V. de. "A Psicomotricidade e o Processo de Veiculação do Conhecimento na Educação Física". pp. 1-11, 1987. Mimeo.
-

A Educação Física no Brasil acompanha atualmente, pelo menos com uma pequena parcela dos seus teóricos, o “frenesi” da libertação, abertura (?) histórica sentida nos últimos anos e perfeitamente evidenciada em outras áreas institucionais, políticas, educacionais, culturais e até mesmo econômicas. E o que adquirimos com isto são discussões, discursos, teses e textos de conteúdos crítico-negativistas, isto é, negando e contestando estruturas arcaicas, alienantes, acrílicas e especialmente descontextualizadas da Educação Física tradicional.

O Discurso em síntese, é o discurso do momento histórico, da fase político-social de transição (?) que vivemos hoje no Brasil, cuja Tese máxima é o compromisso com os oprimidos social, cultural e economicamente e as reivindicações de mudanças e transformações.

Evidentemente que existe um leque de motivos justos e de justificativas contundentes para estas críticas e reivindicações. A maioria destes discursos inclusive, apresentam dados estatísticos reais sobre os resultados conseqüentes de uma política sócio-econômica e cultural injusta. É o caso da área educacional e os problemas do analfabetismo, evasão escolar, taxa de mortalidade infantil, desnutrição e etc., etc..., que deixam transparecer clara e objetivamente, que antes de se buscar no exterior mais uma vez uma nova técnica ou uma nova “ciência” para humanizar este quadro miserável que se apresenta nesta área, se reivindique por uma política sócio-cultural e econômica mais justa.

Porém, o Discurso é ou deveria ser, no nosso entender, a base de legitimação para uma Ação de Intervenção. Portanto, se pela comunicabilidade discursiva ou seja pela dialética do diálogo crítico, já foi possível tornar a Realidade brasileira **Transparente** quanto a sua estrutura política e das relações sociais dela decorrente, é chegado o momento da **Intervenção** nesta Realidade.

E é nesta fase, que, além de se questionar com maior profundidade sobre o como a favor de quem e até contra quem se pretende intervir. Existe com respeito à Educação Física ainda uma delicada situação de encontrar a sua autonomia, seus próprios critérios e estratégias de Intervenção. O que significa dizer que existe a necessidade de vincular as teorizações referentes às funções educacionais, políticas, sociais e culturais que a Educação Física deve desempenhar, e sobre as quais já existem excelentes trabalhos realizados (Bracht, Ferreira, Medina, Oliveira, do Carmo, Taffarel, e.o.), com novas concepções para o objeto específico de nossa atuação profissional: o Movimento Humano e o Esporte.

Como o Movimento Humano pode ser tematizado em aulas de Educação Física e onde todas estas

críticas feitas ao ensino tradicional da Educação Física, possam ser superadas?

Entendemos que existe em primeiro lugar a necessidade de se conhecer melhor especificidades inerentes à Educação Física, ao Esporte e ao Movimento Humano, antes de se tematizar o Movimento Humano sob novo enfoque nas aulas de Educação Física.

A Educação Física tradicional se apóia atualmente basicamente ainda, no Esporte de Rendimento, que pelo seu praticismo acrítico, rejeita toda a possibilidade de uma atuação pedagógica de caráter político e educacional. Em torno desta questão é que se tem desenvolvido as maiores críticas com respeito à prática da Educação Física. Mas que outras instâncias esportivas e do Movimento Humano seriam relevantes elucidar e qual o primeiro passo para Intervenções concretas?

A Educação Física Escolar: Uma Realidade Socialmente Construída pelo Esporte

A vontade de competir e vencer não é bem um atributo da natureza humana como muitos supõem ser. EICHENBERG (1978, citado por TREBELS; 1983), fez uma análise de como o Esporte se desenvolveu de forma paralela com as sociedades industriais do mundo ocidental. E neste desenvolvimento ele acentua e privilegia os mesmos Princípios e os mesmos Sentidos que prevalecem nestas sociedades, quais sejam, o da **Concorrência** e da **Sobrepujança**, do **Rendimento** e da **Produção**. Neste sentido o esporte não é uma simples reação sobre a natureza humana, suas necessidades e possibilidades de movimento, ele é muito mais uma **Reação Social**, um **Produto Social**, que surgiu através do próprio Homem numa determinada Situação Histórica (TREBELS; 1983). Assim sendo, o Esporte é uma “Realidade Socialmente Construída” (BERGER/LUCKMANN; 1969). Sendo construído e institucionalizado pelo Homem, é por ele perfeitamente transformável, desde que o “Status Ontológico” que recebeu seja questionado, especialmente com respeito ao Valor e Significado educativo na formação humana. Com isto estamos questionando, também, o seu sentido pedagógico nas aulas de Educação Física onde ele aparece como Tema Central.

O que mais preocupa nesta Realidade do Esporte e da Educação Física, é a crescente institucionalização dos padrões do movimento esportivo. As atividades que envolvem o Movimento Humano, praticadas nas quadras esportivas, áreas de lazer, clubes e escolas, obedecem praticamente sempre as mesmas características de gestos e atitudes. Estas características se identificam sempre com as tipificações dos movimentos oriundos do mundo esportivo moderno. Esta ins-

titucionalização do Movimento esportivo (tipificação de ações aceitas e reproduzidas inquestionavelmente pelos praticantes), leva ao processo da **reificação** das ações esportivas tanto para praticantes como para administradores. Reificação implica para BERGER/LUCKMANN (1969), “que o Homem é capaz de esquecer sua própria autoria de mundo humano, e mais que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo Homem como uma facticidade estranha, um opus alienum sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o opus proprium de sua mesma atividade produtora” (123).

O Esporte analisado desta forma como uma “facticidade estranha” ao Homem e ao mesmo tempo encontrado em todos os povos e culturas, força a aceitação geral de que ele é uma realidade imprescindível e necessário ao Homem. Falar em Mudanças para esta Realidade torna-se assim, para a maioria, algo absolutamente inconcebível e até mesmo contra a própria natureza humana.

Para interferir na Educação Física com mudanças concretas, existe ainda, além do problema da imagem esportiva socializada como valor pedagógico máximo e enraizada na própria natureza humana, como foi acima descrito, o problema das Mudanças Gerais que acontecem ou que devam acontecer em todo o Contexto Sócio-político-econômico e Cultural, sem as quais a Educação Física também não mudará. Até mesmo dentro da própria concepção educacional na qual a Educação Física se insere, deverão ocorrer mudanças concomitantes, pois a Educação Física não é responsável sozinha pela reprodução e consolidação dos princípios de uma sociedade elitizante e injusta, embora nela esta função, temos que concordar, transpore mais claramente.

Perspectivas Implícitas para as Mudanças na Educação Física

Pela assertiva anterior de que mudanças reais só se realizam com a mudança de uma nova ordem social em todo contexto nacional, não significa que se deva cruzar os braços e esperar que primeiro as “outras” mudanças aconteçam. Paulo Freire prega que devemos buscar os “espaços vazios” no contexto histórico e neles agir para a efetivação de determinadas mudanças. Na Educação Física diríamos, existe uma perspectiva implícita para mudanças que são, inicialmente, estruturas já ultrapassadas e portanto, já em atraso em relação a outras áreas educacionais. Me refiro especialmente à aceitação de uma infinidade de mitos e ideologias.

Intervir na Realidade da Educação Física significa acima de tudo desmistificar muitas ideologias, muitas falsas expectativas e falsos poderes vinculados à sua concepção tradicional e que na maioria das vezes lhe confere a legitimidade prática. É o caso de muitos mitos nos quais a Educação Física acredita estar

todo seu poder educador, sociabilizador e promotor de saúde. Por exemplo, o mito da formação do caráter, da emancipação, da sociabilização e do fomento à saúde são, na maioria das vezes utilizados para legitimar e ocultar o verdadeiro sentido da prática esportiva que é a internalização dos princípios da produção e do rendimento das sociedades capitalistas.

Um exemplo de aceitação destes mitos é hoje claramente evidenciada na proliferação de Escolinhas desportivas e das Academias de Ginástica. A respeito das escolinhas fica facilmente evidenciada uma falta de visão política, social, educacional e urbana pelos seus fomentadores. Político e social pelos mesmos motivos e princípios acima descritos, educacionais por os mesmos acreditarem ser altamente educacional que crianças aprendam a praticar esportes em instituições fechadas e sob comando e urbano porque não percebem que a ocupação dos espaços urbanísticos obedece a finalidades lucrativas e de produção apenas, e por isto não sobra mais espaço para o lazer, brincadeiras e jogos para crianças. O planejamento urbano obedece muito mais aos critérios da categoria social Tempo do que da categoria Espaço. Pois, somente se for reduzido o tempo gasto pelo trabalhador para chegar ao seu trabalho ou para alcançar o mundo do comércio e do consumo, há maior rendimento na produção para os donos do poder econômico nacional. As escolinhas são portanto um paliativo nesta questão do espaço urbano e assim, o seu fomento está conivente com esta desumanização do planejamento urbano.

Voltando à questão das Mudanças internas na Educação Física, acreditamos que uma segunda instância após a libertação de Mitos e Ideologias, é a sua “despedagogização”, com o que queremos dizer, que a concepção pedagógica atual da Educação Física, unicamente preocupada no ensino do fazer ou da Ação na intencionalidade única de obter melhores resultados esportivo-motores, necessita de uma reestruturação.

Neste sentido a Ação da prática pedagógica na Educação Física, segue basicamente quatro grandes áreas de atuação. TREBELS (1983) chama estas áreas de, “Orientações”, à cujo Sentido intencionado pode se atribuir diferentes “padrões de ação”.

A primeira grande área intencionada é sempre a da **Competição** e do **Sucesso Esportivo**. Facilmente evidenciada nas escolas pela grande ênfase dada a Competições esportivas e Jogos escolares.

A segunda grande área intencionada é a da **Saúde**. A prática da Educação Física para os que não se destacam no esporte de competições se legitima pelos efeitos terapêuticos e/ou profiláticos que a mesma provoca em quem a pratica.

A terceira grande área é a das **qualidades estéticas**. Evidenciada pelo uso cada vez maior de danças e ginástica estética também em escolas.

E a quarta grande área é a da **sociabilização**. O grande valor da comunicação social e do poder sociabilizador pela prática da Educação Física, sempre anunciada teoricamente, é a justificativa maior para

incluir a Educação Física também nas primeiras séries e nas escolas carentes. Este poder sociabilizador, porém, quando não tem a única finalidade de exercer um Controle Social, pode se relativar sempre nas escolas justamente pela prioridade da primeira grande área. Uma vez que existe uma total incompatibilidade entre a competição, o princípio da sobrepujança e o sentido da sociabilização que pretendem dar à Educação Física.

Todas estas grandes áreas intencionadas da Educação Física são estudadas (também nos cursos de formação profissional) e pesquisadas somente no sentido positivista e nunca numa perspectiva crítica, para desvelar eventuais falhas e a transmissão de ideologias do poder social dominante ou dos próprios mitos como já nos referimos anteriormente.

Portanto com a “despedagogização” este seria exatamente o objetivo, ou seja, desestruturar uma pedagogia viciada e alienada contextualmente e historicamente, para e pela definição situacional dos participantes do contexto das transformações, optar por um processo pedagógico da “Ação-reflexão-Ação” (Freire).

Para que isto seja possível, existe ainda uma necessidade estrutural básica, que é a de definir melhor algumas concepções fundamentais. Referimo-nos às Categorias antropológicas do Movimento Humano, do Esporte, do Jogo, bem como à própria Educação e ao ensino, cujas concepções precisam ser revisadas em relação às especificidades de cada uma.

Sucintamente apresentamos uma nova concepção para o Movimento Humano, baseando-nos em TAMBOER (1979/1985) e na sua interpretação da concepção dialógica do Movimento Humano como a desenvolveram na Holanda, BUYTENDJIK e GORDJIN. Mas antes...

A Concepção Atual do Movimento na Educação Física e Esportes

O interesse em privilegiar na Educação Física Escolar, o Esporte de competição, conduz a uma finalidade prática, que respeita apenas rendimentos esportivos cujos resultados são facilmente mensuráveis e quantificáveis, e têm no treinamento físico-desportivo o seu maior investimento para o futuro.

As necessidades e até possibilidades de Movimento que a criança possa realizar, são nesta compreensão esportiva reduzidas às mais variadas formas do rendimento esportivo. O **Movimento** aí produzido tem uma função comparativa apenas. O Movimento como função Sócio-cultural para o indivíduo que **se movimenta**, e aí nós poderíamos incluir as funções expressivas, comunicativas, explorativas, e etc., onde os indivíduos participam mais como Sujeitos do seu fazer (movimento) e não meros objetos de manipulação com a finalidade de lograr rendimentos esportivos, não faz sentido nesta interpretação do Esporte/Movimento. O Movimento assim é apenas uma manifestação Corporal nos Esportes, e sua interpretação se torna assim,

apenas uma interpretação técnica. Mas, “o Movimento antes de ser um fenômeno físico é um comportamento, uma postura, uma presença, uma intencionalidade” declara SANTIN (1987).

O Movimento Humano na Educação Física e Esportes sempre foi interpretado à luz dos conhecimentos das Ciências Naturais. Atualmente a Biomecânica se ocupa mais deste particular. Porém, esta interpretação revela também uma imagem de Homem que no caso reflete uma imagem de Homem Bio-técnico apenas. O conceito de Movimento como “mudança ou deslocamento do corpo ou partes do mesmo num determinado espaço e tempo”, como a Biomecânica em geral a concebe, obedece a uma interpretação de um fenômeno físico, isto é, independente da pessoa que realiza o movimento.

Se quisermos incluir a pessoa como um todo, com suas vivências e experiências significativas individualmente e o Contexto Sócio-cultural onde estas significações são produzidas, na interpretação do Movimentar-se do Homem, precisamos buscar uma nova interpretação para o Movimento Humano.

O Movimento Humano numa Perspectiva Antropológica

Na Holanda, a partir da década de 50, teve início o desenvolvimento de uma nova Concepção para o Movimento Humano. Seu precursor foi BUYTENDJIK, seguido por GORDJIN, cujos trabalhos fizeram inclusive mudar a denominação Educação Física para Ensino do Movimento para esta atividade escolar, naquele país.

Mais recentemente JAN TAMBOER procurou ampliar e aprofundar o trabalho destes dois estudiosos do movimento, com a sua Dissertação: “A Imagem de Homem por trás das Imagens do Movimento”.

Estes estudiosos que basicamente são amparados pela teoria filosófica fenomenológica, influenciaram na República Federal da Alemanha, os trabalhos do pedagogo, filósofo e cientista da Educação Física alemã, professor Dr. Andreas H. Trebels, que tem aprofundado e ampliado os estudos destes autores, apoiado na fenomenologia de MERLEAU-PONTY.

A preocupação de todos é centrar o pensamento, especialmente o pensamento científico, sobre questões básicas e fundamentais do Movimento Humano, que se reduz às Categorias Antropológicas do próprio fenômeno do Movimento Humano e da Corporeidade.

Somente quando refletirmos e questionarmos nossas Ações no ensino da Educação Física sobre estas Categorias, é que realmente podemos nos decidir sobre qual deve ser o verdadeiro objeto de ensino na Educação Física para que haja realmente uma contribuição à Educação, ao desenvolvimento e formação de sujeitos capazes, autônomos e livres.

Na análise de TAMBOER (1979) sobre as concepções de Movimento de BUYTENDJIK e GORD-

JIN, ele salienta que BUYTENDJIK já afirmava, em 1956 haver duas diferentes formas de investigar o Movimento Humano. Uma Física e uma Funcional. E cada uma tem diferenças substanciais na definição do mesmo objeto de investigação, o Movimento Humano.

No primeiro caso, a análise do movimento numa investigação Física, o mesmo é visto como um processo e neste processo há de momento a momento uma alteração na sua própria condição de ser. O movimento é uma mudança de localização no tempo e no espaço e se apóia numa clara determinação destes fatores. Esta interpretação puramente física na análise do movimento não se interessa por nenhuma particularidade do movimento ou da própria conduta humana. O Movimento Humano se reduz a simples atividades motoras que se desenvolvem como um processo e não como uma expressão de vida ou como um sentido humano. A existência humana tem pouca relevância nesta visão de movimento.

Já na análise funcional, segundo o mesmo BUYTENDJIK, não é o movimento como um processo que é foco central da análise, mas o Ser Humano que o realiza. E a função que o movimento adquire é, desta forma por BUYTENDJIK ressaltado, como a relevância maior no se-movimentar do Homem e ele define esta função como: “Mudanças do todo indivisível significativamente relacionado a algo exterior a estas mudanças” (In: TAMBOER, 1979).

A importante atribuição do “SE” (sujeito) ao Movimentar do Homem, o se-movimentar, foi de GORDJIN. Para ele, não se pode abstrair o indivíduo que se movimenta de um mundo de relações onde o movimento se realiza. E por isto o Homem que se movimenta não pode ser analisado por princípios biomecânicos. O se-movimentar do Homem é para ele, ao lado do falar, pensar etc., uma das muitas formas em que a “Unidade indivisível do Homem e Mundo se manifesta”. Com isto ele nega o dualismo Homem/mundo, Sujeito/objeto ou Corpo/mente. Nesta interpretação, o Homem é um Ser no Mundo, o que significa que “ambos são a mesma realidade” (SANTIN, 1987). Mas existe entre Homem/Mundo (onde se inclui as inter-relações humanas) um relacionamento dialógico, e quando este se dá via Movimento, GORDJIN denominou de relacionamento dialógico do se-movimentar e com isto estabeleceu as bases da Concepção Dialógica do Movimento Humano.

A intencionalidade do movimentar-se do Homem sempre está relacionado a algo fora de si mesmo, — “significativamente relacionado”, como prefere BUYTENDJIK — que tanto pode ser pessoas ou objetos. E o relacionamento dialógico que aí se manifesta, significa sempre um questionamento sobre o significado para si deste inter-relacionamento. Desta forma, o Homem pode, de diversas maneiras, questionar o seu Mundo e também responder a ele. Podemos tecer muitos comentários sobre uma bola de futebol, por exemplo, mas somente quando a deixamos rolar e jogamos com ela é que travamos com a mesma, e com as pes-

soas envolvidas no jogo, um relacionamento dialógico pelo movimento. Para MERLEAU-PONTY (1966), neste diálogo entre sujeito e objeto, o sujeito aceita o sentido abrangente que existe no objeto e o objeto por sua vez, aceita as intenções do sujeito e assim o sujeito se envolve com um mundo de significados que por si próprio se comunica com ele e onde ele, o sujeito, transfere o seu próprio pensar no Mundo.

Esta constituição de Significados que daí resulta, significados estes Objetivos e Subjetivos, formam ainda para GORDJIN, um “Mundo de significados motores” e justifica, com isto, porque a análise do movimento não pode se processar por uma análise causal ou de variáveis, mas por uma análise de Significados. Assim, uma conduta de Movimento, nesta análise, “não pode ser interpretada como um resultado de fatores relacionados somente no Ser que se movimenta, ou a fatores alheios a ele, (por exemplo, a estímulos externos), mas como algo cujo Significado é constituído pelo diálogo entre Homem/Mundo” (In: TAMBOER; 1979).

Este significado que tanto GORDJIN como MERLEAU-PONTY falam, também necessita de uma definição conceitual. GORDJIN em sua análise dialógica do movimento Humano caracteriza o Significado como uma qualidade que não pode estar vinculado a nenhum dos dois pólos do relacionamento dialógico, mas justamente no centro do inter-relacionamento de ambos. “O Significado consiste no relacionamento Homem/Mundo e não pode estar relacionado somente para o lado do Sujeito e nem somente para o lado do Objeto.” (In: TAMBOER; 1979).

A este respeito, o Intencionismo Simbólico também se manifesta, e para ele todo significado é também um “produto social”. Isto pode ser facilmente evidenciado no Mundo de Movimento de crianças que estão nos extremos da hierarquização social. No Brasil, por exemplo, o mundo de movimentos significativos para meninos da classe pobre (extremo inferior) é o futebol e para a os da classe privilegiada (extremo superior) possivelmente a natação ou o tênis. O significado do movimento humano é aí claramente constituído pela prática social de seus respectivos contextos ou mundos.

Para concluir esta reflexão filosófico-antropológica para a interpretação do Movimento Humano, gostaríamos de apresentar sucintamente ainda, os três componentes que, para TAMBOER (1985), são indispensáveis para qualquer interpretação relacionada ao Movimento Humano:

1. A **Pessoa** ou o Autor e Executor do movimento, cuja intencionalidade no seu se-movimentar está sempre dirigida a uma compreensão de Mundo pela Ação-reflexão.
2. A Relevância do **Contexto Sócio-cultural** — O Homem ao se-movimentar interpreta um Mundo de Significados relacionados com o contexto Sócio-cultural em que vive. O se-movimentar do Homem, não pode ser analisado em um Vácuo Contextual.

3. A **Modalidade** ou **Forma** de como o se-
movimentar do Homem se realiza, dentro du-
ma conceituação espaço-temporal.

Enfim, uma nova Concepção para o Movimen-
to Humano não é o suficiente para o desenvolvi-
mento de perspectivas práticas para a interven-
ção na Educação Física mas é fundamental e imprescindível para es-
truturar uma Educação Física que não se preocupa so-

mente com o esporte, o rendimento e a disciplina cor-
poral, mas tem acima de tudo um compromisso com
a formação de Seres Humanos competentes na defini-
ção de seu próprio "Mundo de Significados Motores",
na compreensão sócio-político e cultural de seu Mun-
do de Vida e das relações que aí se estabelecem a ser
acima de tudo emancipado, independente e livre no seu
pensar e agir.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, P. L./LUCKMANN, P. H. — **A Construção Social da Realidade** — Tratado de Sociologia do Conhecimento, 7ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

SANTIN, S. — **Educação Física**, uma abordagem filosófica da corporeidade — Livraria Editora Unijuí, Ijuí, 1987.

TAMBOER, J. — Sich-Bewegen — ein Dialog zwischen Mensch und Welt. In: **Sportpaedagogik** 2/1979 — p. 8-13.

— — **Menschen Bilder hinter Bewegungsbilder**. Haarlem, 1985.

TREBELS, A. H. — **Sport begreifen, erfahren und veraendern**. Reinbeck bei Hamburg 1983.

ÍNDICE DA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

nº 1 (1) a 9 (1) — set. 1979 a set. 1987

por LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ
LAÉRCIO ELIAS PEREIRA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- ABDOMINAL 118, 192, 274, 284, 328, 346, 348, 364, 368, 390, 408, 441, 464.
ABREVIATURAS 157.
ACADEMIA 303, 311.
ACAMPAMENTO ver também LAZER 193.
ÁCIDO LÁTICO 036, 050, 088, 093, 133, 136, 180, 217.
ÁCIDO ÚRICO 155.
ADAPTAÇÃO ESTRUTURAL 298.
ADMINISTRAÇÃO 201, 205.
ADOLESCENTE ver também ESCOLARES 012, 017, 097, 099, 421.
ADULTO ver também UNIVERSITÁRIO 007, 049, 081, 088, 117, 171, 219.
AERÓBICO
Avaliação 044, 046, 075, 131, 160, 186, 187, 189, 210, 213, 255, 303, 311, 342, 423.
Capacidade 131, 147, 384, 444, 463.
Cooper (Método) 189, 423.
Doping 075.
Metabolismo 046, 075.
Potência 255, 303, 311, 327.
Resistência 186, 213, 342.
Treinamento 213, 303, 311.
AGILIDADE 395.
ALÁTICO ver ÁCIDO LÁTICO.
ALOMETRIA 099.
ALONGAMENTO 290.
ANAERÓBICO
Avaliação 002, 045, 046, 050, 088, 093.
Cardiologia 133.
Metabolismo 180.
Potência 002, 045, 050, 075, 110, 140, 181, 385, 402.
Resistência de força 088.
Velocidade 093.
ANÁLISE TEMPORAL 069.
ANÁLISE DE ENSINO 322.
ANSIEDADE 265.
ANTROPOLOGIA 499.
ANTROPOMETRIA
Atletismo 012, 141.
Ciclismo 428.
Dobras Cutâneas 054, 124, 236.
Escolares 012, 041, 054, 122, 127, 146, 208, 223, 236, 276, 277, 361, 389, 392.
Estudos 012, 041, 141, 169, 428.
ANTROPOMETRIA
GRD 231.
Handebol 183.
Judô 276.
Medidas 053, 112, 122, 146, 169, 208, 211, 223, 291, 328, 361, 392.
Natação 116.
Remo 154.
Somatotipologia 012, 024, 041, 116, 128, 132, 141, 146, 154, 169, 183, 211, 231, 276, 389, 428.
Voleibol 128, 132.
APRENDIZAGEM 004, 156, 258, 288, 300, 334, 347, 349.
APRENDIZAGEM MOTORA 052, 068, 298, 319.
APTIDÃO FÍSICA 014, 016, 023, 030, 031, 032, 040, 049, 060, 081, 088, 094, 095, 100, 103, 109, 120, 122, 123, 130, 134, 165, 170, 190, 208, 211, 216, 222, 278, 286, 302, 304, 330, 342, 346, 348, 355, 379, 383, 396, 445, 468, 470, 471, 489, 491, 492.
APTIDÃO MOTORA 015, 156, 204, 329.
AQUECIMENTO 281.
ÁRBITRO 106.
ARTICULAÇÃO 074, 090, 091.
ASMA 027, 343, 400.
ATENÇÃO/Teoria da 156.
ATITUDE 288.
ATIVIDADE FÍSICA 003, 010, 043, 047, 051, 059, 067, 072, 130, 155, 170, 171, 199, 218, 225, 246, 286, 288, 307, 331, 365, 367, 375, 377, 382, 390, 395, 397, 400, 403, 404, 419, 426, 427, 438, 439, 450, 454, 458, 460, 463, 467, 469.
ATIVIDADE CORPORAL 307.
ATIVIDADE MOTORA 358.
ATLETISMO 012, 028, 080, 111, 145, 159, 475, 490.
AUTOCONCEITO 010, 059, 358.
AVALIAÇÃO 002, 005, 006, 007, 013, 014, 016, 017, 018, 022, 025, 026, 028, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 044, 045, 050, 051, 053, 054, 058, 061, 066, 067, 068, 069, 069, 070, 073, 079, 080, 081, 086, 087, 088, 089, 090, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 102, 103, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 145, 147, 154, 158, 160, 165, 167, 170, 172, 179, 180, 181, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 202, 205, 206, 209, 210, 211, 216, 217, 220, 222, 228, 230, 235, 237, 239, 240, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 285, 286, 289, 294, 302, 308, 309, 310, 311, 314, 324, 325, 326, 331, 334, 335, 336, 337, 340, 341, 346,

- 349, 351, 354, 355, 356, 357, 360, 366, 368, 370, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 388, 392, 396, 398, 399, 402, 404, 405, 429, 438, 439, 440, 441, 442, 445, 446, 447, 448, 451, 452, 461, 464, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 475, 489, 490, 492, 502.
- AVALIAÇÃO MOTORA HABITUAL 289, 334.
 AVALIAÇÃO MOTORA FORMATIVA 289, 334.
 AVALIAÇÃO POR CONTRATO 370.
 AVALIAÇÃO POSTURAL 344, 405.
- BASQUETEBOL 033, 070, 095, 289, 309.
 BATERIA/Teste ver PROTOCOLO 060, 102, 272, 380.
 BIBLIOGRAFIA ver REVISÃO DE LITERATURA.
 BIOMECÂNICA 069, 080, 159, 238, 284, 344.
 BIOMETRIA ver também ANTROPOMETRIA 328, 361.
 BRONQUITE 027.
- CAFEÍNA 261, 287, 442.
 CAPACIDADE 285.
 CAPACIDADE AERÓBICA 044, 147, 384.
 CAPACIDADE CARDIORESPIRATÓRIA 030, 302.
 CAPACIDADE FÍSICA 017, 057, 058, 070, 075, 108, 109, 146, 444.
 CAPACIDADE VISUAL 106.
 CARDIOLOGIA 006, 030, 033, 058, 067, 072, 113, 126, 133, 135, 138, 194, 209, 215, 218, 232, 239, 240, 302, 338, 362, 365, 367, 384, 394, 396, 416.
 CENTRO DE PESQUISA 282.
 CICLISMO 209, 428.
 CIFOSE POSTURAL 413.
 CINEANTROPOMETRIA 005.
 CINEMÁTICA LINEAR 159.
 CIRCUNFERÊNCIA 223.
 CIRURGIA ORAL 020.
 CIRURGIA PLÁSTICA 021.
 CHUTE/Futebol 420.
 COLESTEROL 130.
 COMPETIÇÃO 008.
 COMPORTAMENTO 051.
 COMPUTADOR 325.
 COMPOSIÇÃO CORPORAL 291, 293, 299, 331, 361, 387, 388. CONDICIONAMENTO FÍSICO 187, 212, 232, 253, 367, 356, 400.
 CONGRESSO 003, 026, 062, 063, 064, 082, 164, 241, 296, 432.
 CONSUMISMO 373.
 COORDENAÇÃO 314, 442.
 CORAÇÃO ver CARDIOLOGIA.
 CORAÇÃO DE ATLETA/Síndrome 240.
 CORRIDA 002, 028, 038, 066, 098, 210, 230, 256, 266, 267, 270, 363, 401.
 COURAÇA 456.
 CREATINOQUINASE 168, 185.
 CRESCIMENTO 146, 184, 290.
 CRIANÇA ver também ESCOLARES; PRÉ-ESCOLARES 003, 008, 029, 097, 109, 118, 122, 150, 156, 172, 270, 271, 286, 317, 336, 403, 405, 445.
- CRIATIVIDADE 227.
 CRÔNICA CBCE 043.
 CRONOFOTOGRAFIA 324.
 CURRÍCULO 333, 350, 351, 435, 437, 459, 483.
 CURSOS CBCE 065, 071, 072, 077, 078.
- EPT ver LAZER.
 ECOCARDIOGRAMA 194.
 EDUCAÇÃO 162, 407, 412.
 EDUCAÇÃO FÍSICA 010, 011, 027, 076, 086, 087, 102, 111, 115, 137, 144, 158, 162, 175, 176, 177, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 224, 226, 227, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 252, 264, 294, 300, 306, 308, 310, 313, 314, 316, 321, 322, 326, 335, 336, 337, 339, 350, 351, 352, 353, 358, 360, 366, 368, 370, 371, 372, 374, 378, 397, 405, 407, 409, 411, 412, 414, 418, 419, 421, 422, 423, 426, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 440, 446, 448, 450, 451, 452, 457, 461, 462, 473, 474, 475, 476, 477, 481, 483, 484, 485, 487, 488, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502.
- ELASTICIDADE 290.
 ELETROMIOGRAFIA 282, 361, 408, 441, 464.
 EMPRESA 193, 375.
 EMOÇÃO 338.
 ENDOCRINOLOGIA 148.
 ENDURANCE 049, 057.
 ENERGIA MECÂNICA 465.
 ENSINO 086, 087, 115, 158, 162, 174, 207, 258, 300, 319, 332, 339, 341.
 EQUAÇÕES DE REGRESSÃO 292.
 EQUILÍBRIO 260.
 EQUILÍBRIO DINÂMICO 260.
 EQUILÍBRIO ESTÁTICO 260.
 ERGOMETRIA 033, 037, 044, 261.
 ERRATA - Rev. Bras. Ci. Esporte 142, 143, 417.
 ESCALA 366.
 ESCALA DE VALORES 102, 139, 216, 272.
 ESCALA LINEAR 366.
 ESCALA PROGRESSIVA 366.
 ESCOLARES ver também CRIANÇA; PRÉ-ESCOLAR 015, 016, 018, 022, 039, 041, 061, 068, 096, 097, 100, 118, 119, 120, 123, 150, 167, 170, 172, 174, 182, 184, 186, 189, 208, 210, 223, 236, 237, 255, 260, 274, 276, 277, 278, 286, 294, 301, 329, 348, 361, 389, 391, 392, 401, 429, 433, 434, 438, 440, 444, 446, 451, 458, 466, 470, 488, 491, 492.
- ESPALDAR SUECO 235.
 ESPECIALIZAÇÃO PREMATURA ver PRECOCE.
 ESPORTE 029, 173, 174, 177, 178, 199, 201, 292, 321, 350.
 ESPORTE NÃO FORMAL ver também LAZER 353.
 ESTABILIDADE MANUAL 299.
 ESTABILIDADE FUNCIONAL 298.
 ESTADO EMOCIONAL 039.
 ESTÁGIO SUPERVISIONADO 144, 202, 305.
 ESTATÍSTICA 065, 071, 233, 411.
 ESTENOSE AÓRTICA 006.
 ESTERÓIDES 056, 283.
 ESTILO DE ENSINO 308.

- ESTRUTURA MUSCULAR 238.
 ÉTICA 198, 251.
 EXCEPCIONAL 137, 266, 267, 269.
 EXTENSÃO 188.

 FADIGA 299.
 FaMOC 202.
 FATOR SÓCIO-ECONÔMICO ver DIFERENÇA SÓCIO-ECONÔMICA.
 FILOSOFIA 162, 178, 195, 198, 245, 307, 418, 422, 424, 425, 455, 473, 476.
 FISILOGIA 023, 040, 044, 045, 046, 047, 056, 057, 089, 090, 091, 097, 098, 119, 128, 130, 136, 149, 161, 182, 214, 219, 221, 222, 231, 250, 257, 262, 279, 283, 327, 328, 338, 362, 363, 364, 365, 394.
 FLEXÃO 188.
 FLEXIBILIDADE 089, 090, 091, 097, 222, 235, 280, 281, 290, 291, 310, 492.
 FONOMECANOGRAFIA 034.
 FORÇA 007, 018, 039, 053, 068, 088, 099, 118, 120, 188, 191, 192, 228, 237, 273, 274, 275, 301, 326, 381, 398.
 FORMAÇÃO/Docentes 175, 177, 197, 201, 205, 252.
 FORMAÇÃO PROFISSIONAL 246.
 FREQUÊNCIA CARDÍACA 058, 126, 133, 362.
 FUMO ver TABAGISMO.
 FUTEBOL 013, 106, 107, 150, 420.

 GENÉTICA 070.
 GESTANTE 212.
 GINÁSTICA ESCOLAR 300.
 GINÁSTICA FEMININA 305.
 GINÁSTICA OLÍMPICA 024, 332, 500.
 GINÁSTICA RÍTMICA 165, 231.
 GINECOLOGIA 077, 212.
 GONIOMETRIA 090, 280.
 GORDURA CORPORAL 022, 023, 054, 236, 292, 390, 393, 447.
 GRADUADOS ver DOCENTES.
 GUARULHOS/Congresso 164.

 HABILIDADE INTELECTUAL 285.
 HABILIDADE MOTORA 105, 156, 263.
 HALTERES ver SOBRECARGA.
 HANDEBOL 183, 240, 354, 388.
 HEMORRAGIA 020.
 HEREDITARIEDADE 070.
 HIPERBÁRICA/Condição 040.
 HIPERVENTILAÇÃO PULMONAR 362, 394, 490.
 HISTÓRIA 042, 418.

 IDOSO ver TERCEIRA IDADE 288, 377.
 IMPULSÃO 007, 035, 266.
 IMPULSÃO HORIZONTAL 035.
 IMPULSÃO VERTICAL 035, 266, 415.
 IMPRENSA 173.
 ÍNDICE DE FLEXIBILIDADE 291.
 INFORMAÇÃO ver DOCUMENTAÇÃO 048, 104, 157, 164, 432.
 INFORMÁTICA 325.

 INTEGRAÇÃO SOCIAL 176, 269.
 ISOENZIMA CK-MB 185.
 ISOTÔNICO 179.

 JARDIM DE INFÂNCIA 320.
 JOELHO 074, 234.
 JUDÔ 114, 136, 276.

 L.D.H. 166.
 LABAN, Rolf 247.
 LACTATO DESIDROGÊNASE 185, 439.
 LACTATO PLASMÁTICO 166.
 LACTIACIDEMIA 036.
 LAZER 193, 196, 225, 353, 359, 374, 375, 376, 377, 449, 453, 454, 455, 458, 460, 478, 486, 498.
 LEFÈVRE 260.
 LEGISLAÇÃO 158, 162, 198, 429.
 LESÃO 074, 107.
 LIMIAR ANAERÓBICO 057.
 LIMIAR DE CAPACIDADE 465.
 LINGUAGEM CORPORAL 224.
 LITERATURA ver REVISÃO DE 043.
 LONDRINA/Congresso 082.
 LONGA DISTÂNCIA/Corrida 210, 229, 230.
 LUTADORES 001.

 MAMA 021.
 MÃO ver MEMBROS SUPERIORES.
 MARANHÃO 211.
 MARCAPASSO 068.
 MARCHA 069.
 MASSA MOLE 268.
 MATEMÁTICA 430.
 MATURAÇÃO SEXUAL 023, 047, 119, 149, 161, 182, 214, 219, 231, 279, 348, 389, 391.
 MECANISMO ENERGÉTICO 140.
 MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS ver ANTROPOMETRIA 241.
 MEDICINA 021.
 MEDICINA DO ESPORTE ver MEDICINA DESPORTIVA.
 MEDICINA DO EXERCÍCIO/curso 072, 077.
 MEDICINA DESPORTIVA 026, 072, 074, 077, 104, 107, 137, 148, 234, 343.
 MEMBROS INFERIORES 007, 035, 053, 074, 188, 191, 234, 324, 357, 471.
 MEMBROS SUPERIORES 068, 120, 228, 237, 262, 271, 273, 275, 301, 446.
 MENARCA 023, 149, 161, 182, 214, 219, 279.
 MERCADO DE TRABALHO 335.
 MERGULHADOR 040.
 MESA-REDONDA 044, 045, 046.
 METABOLISMO 046, 050.
 MÉTODO 131, 147.
 MÉTODO ESTATÍSTICO 235.
 METODOLOGIA 370, 433, 435, 437, 454, 479, 485, 494, 496, 501.
 METODOLOGIA CIENTÍFICA 065, 071, 076, 197, 411.
 METODOLOGIA CIENTÍFICA/Curso 065, 071, 078.

- MILITARES 025.
MOBILIDADE ARTICULAR 074.
MORFOLOGIA 221.
MOTRICIDADE ver também PSICOMOTRICIDADE 330, 356.
MOVIMENTO 246, 248, 267, 268.
MULHER 021, 023, 047, 149, 161, 182, 212, 214, 219, 279, 467.
MUSCULAÇÃO 312, 327, 398.
MUZAMBINHO/Congresso 241.
- NATAÇÃO 004, 012, 016, 017, 055, 067, 079, 092, 093, 116, 129, 168, 256, 340, 341, 345, 383, 399, 445, 460.
NATOGRAMA 055.
NEURO-MOTRICIDADE 052.
NORMOBÁRICA/Condições 040.
NORMA/Publicação 048, 153, 163.
NUTRIÇÃO 001, 019, 172, 229, 466, 469, 480.
- OBESIDADE 001.
OBSTETRÍCIA 077.
ODONTOLOGIA 019, 020.
ODONTOPATIA 019.
OFTALMOLOGIA 106.
OLHOS ver OFTALMOLOGIA.
ORIENTAÇÃO ESPACIAL 317.
- PEDAGOGIA 174, 285, 322, 323, 333.
PERCEPÇÃO DO ESFORÇO 152.
PERFIL DE ENSINO 115, 144, 177, 352.
PERFORMANCE 024, 038, 055, 079, 092, 102, 108, 111, 118, 129, 132, 149, 151, 152, 161, 172, 185, 187, 200, 229.
PERIÓDICOS 157.
PERNAS ver MEMBROS INFERIORES.
PERSONALIDADE 009, 043, 151, 264, 393.
PIAGET 204.
PLANEJAMENTO 333.
PLANO MOTOR 297.
PLIOMETRIA 179, 406.
POÇOS DE CALDAS/Congresso 296.
POLÍTICA 225, 370, 371, 373, 375.
PORTO ALEGRE/Congresso 064.
POSTURA 344, 380, 413.
POSTUROGRAMA 344.
POTÊNCIA 002, 045, 050, 075, 110, 140, 160, 166, 181, 184, 217, 255.
POTÊNCIA AERÓBICA 160, 166, 255, 303, 327.
POTÊNCIA ANAERÓBICA 002, 045, 050, 075, 110, 140, 181, 184, 217, 385, 402.
PRÁTICA DE ENSINO 144.
PRÁTICA ESPORTIVA 203, 234, 350.
PRÉ-ESCOLAR ver também CRIANÇAS; ESCOLARES 052, 242, 249, 306, 318, 320, 409, 414, 433, 462, 466.
PRÉ-EXAUSTÃO 312.
PRÉ-PÚBERE 277, 278.
PRECOCE 008, 172, 200, 251.
PRESIDIÁRIOS 436.
- PRESSÃO ARTERIAL 133, 215, 239, 338, 363, 394.
PRIMEIRO GRAU 244, 245, 294, 297, 337, 351, 360, 412.
PROFESSORES ver DOCENTES.
PROGRAMA/Congresso/Simpósio 003, 062, 063, 064, 082, 164, 241, 296.
PROPORCIONALIDADE 053.
PROTOCOLO/Teste 058.
PSICOLOGIA 008, 009, 010, 038, 043, 059, 085, 105, 151, 152, 156, 199, 250, 263, 264, 265, 269, 288, 293, 300, 321, 338, 358, 403, 421, 456, 499.
PSICOMOTRICIDADE 015, 052, 167, 200, 242, 244, 250, 317, 318, 320, 323, 325, 356, 401, 424, 458, 460, 462, 479, 480.
PUBLICAÇÃO/Normas 048, 153, 163.
PÚBLICO 151.
PULMÃO 032, 257.
- QUALIDADES FÍSICAS 098, 254.
QUOCIENTE RESPIRATÓRIO 287.
- REABILITAÇÃO 074, 107, 138, 234.
RECIFE/Congresso 432.
RECREAÇÃO ver LAZER.
RECRIANÇA 498.
REMO 154, 194.
RESISTÊNCIA AERÓBICA 342.
RESUMO/Temas Livres:
São Caetano do Sul 003 a 041, 062.
São Luís-MA 063.
Porto Alegre-RS 064.
Londrina-PR 082 a 137.
Guarulhos-SP 164 a 234.
Muzambinho-MG 241 a 282.
Poços de Caldas-MG 296 a 405.
Recife-PE 433 a 502.
- REVISÃO DE LITERATURA 009, 029, 043, 105, 130, 212, 232, 242, 249, 263, 290, 315, 345, 365.
RITMO 314.
- SALTO 159, 206, 220, 254, 406.
SÃO CAETANO DO SUL/Congresso 003, 062.
SÃO LUÍS-MA/Congresso 063.
SAQUE/Tênis 258.
SAQUE/Voleibol 258.
SEDENTÁRIOS 416.
SEGUNDO GRAU 450, 451.
SÍNDROME DO CORAÇÃO DE ATLETA 240.
SÍSTOLE 194.
SOBRECARGA 107, 179, 309, 312, 343.
SOCIALIZAÇÃO 029, 051, 174.
SÓCIO-ECONÔMICO ver DIFERENÇA SÓCIO-ECONÔMICA.
SOCIOLOGIA 029, 051, 073, 108, 127, 174, 176, 178, 196, 407, 453, 455, 476, 480, 482.
SOCIOMETRIA 051, 073, 151, 199.
SÓCIO/CBCE 083, 084.
SOMATOTIPOLOGIA 005, 024, 041, 101, 114, 116, 117, 119, 125, 141, 145, 146, 154, 171, 189, 240, 387.

SUBNUTRIÇÃO 172.
 SUBSTRATOS ENERGÉTICOS 287.
 SUCESSO ESPORTIVO 293.

TABAGISMO 218, 383.
 TABELAS DE PONTUAÇÃO ver PROTOCOLO DE TESTES.
 TAREFA MOTORA 299.
 TAXIONOMIA 285.
 TÉCNICOS ver DOCENTES.
 TELEMETRIA 066.
 TEMAS LIVRES ver RESUMOS.
 TEMPO DE AÇÃO 219.
 TEMPO DE REAÇÃO 080, 262, 325, 356, 382.
 TEMPO LIVRE ver LAZER.
 TEMPOS PARCIAIS/Corridas 028, 066.
 TÊNIS 180, 258, 259, 273, 330, 387.
 TENSÃO MUSCULAR 239.
 TEOR METABÓLICO 427.
 TEORIA/Atenção 156.
 TERCEIRA IDADE 288, 317.
 TERCEIRO GRAU 203, 221, 369.
 TERMINOLOGIA 059.
 TRADUÇÃO/Resumo 047, 056.
 TRANSFERÊNCIA APRENDIZAGEM 258.

TREINAMENTO 006, 008, 093, 105, 107, 108, 131, 134, 135, 147, 150, 164, 168, 172, 185, 186, 188, 206, 209, 212, 213, 229, 233, 253, 309, 339, 340, 341, 406, 496.
 TREINAMENTO DE FLEXIBILIDADE 291.
 TREINAMENTO MENTAL 105.

ULTRA-SONOGRAFIA 393.
 UNIVERSITÁRIOS ver também ADULTOS 007, 081, 117, 125, 171, 219, 291, 292, 310, 331, 332, 333, 342, 346, 350, 397, 419, 423, 426, 447, 463, 485, 489.
 URBANISMO 225.
 URÉIA 155.

VMC/Método 213.
 VALIDADE DE EQUAÇÃO DE REGRESSÃO 292.
 VAYER 207.
 VELOCIDADE 094, 098, 186, 266, 338, 433, 491.
 VENTILAÇÃO PULMONAR 257, 363, 394.
 VESTIBULAR 431.
 VÍDEO-TAPE 319.
 VISWEWARA/índice 109.
 VOLEIBOL 128, 132, 258, 319, 336, 355, 472.

ÍNDICE DE AUTORES

ABLA, Ricardo Bianchini de 016, 035.
 ADRIAN, Marlene J. 420.
 ALBUQUERQUE, Ricardo Leite, 451.
 ALCADE, M. 096.
 ALENCAR, José Marcio 459.
 ALMEIDA, Flavio José Wirtzbiki de 274, 340, 373, 374, 378, 385.
 ALMEIDA, José Olympio de 258, 297.
 ALMEIDA, Luiz Tadeus Paes de 354.
 ALMEIDA, Roseane Soares 488.
 ALVARENGA, José Gustavo de Sousa 489.
 ALVAREZ, D. 103.
 ALVES, Marcilio 145.
 ALVES JUNIOR, Dario 430.
 AMADIO, Alberto Carlos 141.
 AMARAL, L. R. A. 088, 108, 113, 133, 135.
 AMARAL, Sandra Maria 454.
 AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE 049, 056.
 ANDRADE, Marcia do Carmo 433.
 ANDRADE, Lucila Rondon 485.
 ANDRADE, Renata R. 486.
 ANJOS, Luiz Antonio dos 420.
 ANTUNES, Jayme Henrique 279.
 ANTUNES, José Eduardo de Azevedo 363.
 ANTUNES, José Leonel da Luz 384.
 ANZAI, Keiti 004, 017, 040.
 AQUINO, Marli Aparecida de 492.
 ARAUJO, Cláudio Gil Soares de 005, 006, 055, 058, 067, 072, 077, 079, 089, 092, 111, 116, 148.
 ARAUJO, Ib Heber e Pita de 493.

ARAUJO, Marcia
 ARAUJO FILHO, Glauco Dalcão de 450.
 ARAUJO FILHO, Ney Pereira de 312.
 ARCURI, C. 126.
 ARIDA, Ricardo Mario 367.
 ASTUDILLO, G. 096.
 AZEVEDO, Alexandre C. L. 106.

BALDISSERA, Vilmar 131, 147, 209.
 BANKOFF, Antonia Della Pria 364, 408, 413, 440.
 BAPTISTA, Luis Alberto 434.
 BARBANTI, Valdir José 066.
 BARBOSA, Alberto dos Santos Puga 032, 197, 371, 428.
 BARBOSA, Antonio M. 199.
 BARBOSA, Celina Cunha 313.
 BARRETO, Siderley de Jesus 456.
 BARROS, José Maria de Camargo 351.
 BARROS, Sérgio Amaury 007, 141, 465.
 BARROS NETO, Turíbio Leite de 402, 428.
 BASÍLIO, Ieda Biscegli Jatene 363.
 BASTOS, Flávia da Cunha 141, 298.
 BASTOS, Mauro Antonio Pinto Machado 058.
 BATISTA, Wagner Caló 365.
 BERBARDES, Valeria C. 486.
 BENITEZ, F. 098, 123.
 BENITO, Silvia Corazza da Silva 161, 222, 255, 259, 273, 280, 281, 290, 331, 387.
 BERESOWKER, Regina 191.
 BEREZOWSKI, Altevir Aluisio 448.
 BÉRGAMO, Vagner Roberto 255.

BERBARDES, Somária Muniz 277.
BETTI, Mauro 425.
BIAZÚS, Luiz 074.
BITTENCOURT, Eliane Bassoul 229.
BITTENCOURT, Nelson 187, 213, 229.
BOAVENTURA DA SILVA, Antonio 155, 218.
BOCCHESI, M. A. C. 036, 037.
BOHME, Maria Tereza Silveira 242, 249, 306, 414, 446, 470, 492.
BONJARDIM, Emélio 008, 389.
BOTELHO, Elisa Maria Diniz 230, 411.
BRACHT, Valter 114, 136, 174, 321, 407.
BRESSANE, Roselaine da Silva 086.
BRIGHETTI, Valter 413, 440.
BRITO, Aurelia de 199.
BRUCK, P. M. M. 124.
BRUHMS, Heloisa Turial 207, 307, 453.
BUICH, H. 103.
BUSSINGER, Vera Lucia de Lucena 176, 225.

CNPq/FINEP 410.
CAGNO, Mauricio José Siqueira 217.
CALDAS, Flavio Baião 193.
CALDEIRA, Sandra 041, 065, 071, 101, 180, 219, 355.
CAMARA, Ana Maria Chagas Sette 240.
CAMARA, Rubens Sampaio 058.
CAMARGO, Ana Maria Zimmerman de 066.
CAMARGO, P. 444.
CAMBLER, Eristo 228.
CAMPOS, Maria Ines 441, 464.
CANAVESI, José Paulo 309.
CANÇADO, Ubirajara Lopes 339, 362, 391, 394, 447.
CANFIELD, J. T. 436.
CANTELLI, Sergio Luis 193.
CAPINUSSU, José Mauricio 343.
CARAM, Eliana de Melo 158, 201.
CARDOSO, Ademir Tadeu 145, 416, 427.
CARDOSO, Carlos Luiz 437.
CARDOSO FILHO, Joaquim Ignácio 340, 373, 374, 378, 385.
CARMO, Jake Carvalho 489.
CARMO JUNIOR, Wilson 499.
CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues 478.
CARVALHO, C. M. 069.
CARVALHO, Jolmerson de 427.
CASTELLANI FILHO, Lino 162, 198, 243.
CASTRO, Adilson, R. R. 199.
CASTRO, Iran Junqueira de 298, 500.
CAUX, Elizabeth Paes Calado 391.
CAVALCANTE, Sergio 459.
CAVALCANTI, Kátia Brandão 177, 353, 455.
CAVALCANTI, Marcelo Barreto 435.
CAVALCANTI, Romualdo Ataíde 501.
CAVALLARO, Genny Aparecida 270, 401.
CAVASINI, Sandra Mara 009, 010, 029, 043, 051, 059, 073, 085, 151, 152, 216, 266, 272, 282, 317, 325, 356.
CAZELATTI, Sonia 009, 010, 043, 059, 151.
CECON, Paulo Roberto 470, 492.

CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E LAZER DO MARANHÃO — CEDEFEL 063.
CEZAR, Julio 199.
CHAGAS, E. P. 436.
CHIAVERINI, Dulce Helena 478.
CHOUSA, Fatima Regina Segura 456.
CISNEIROS, Carlos Cardena 075.
CLARO, Edson Cesar Ferreira 011, 226.
COBRA, N. 017.
COLLICHIO, Fábio A. F. 473.
COLUCCI, Deniza 193.
COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE — CBCE 001, 003, 048, 064, 082, 083, 084, 142, 143, 153, 163, 164, 241, 296, 417, 432.
CONGRESSO/TEMAS LIVRES/RESUMO SÃO CAETANO DO SUL 003 a 041 — 062. SÃO LUÍS — MA 063. PORTO ALEGRE — RS 064. LONDRINA — PR 082 a 137. GUARULHOS — SP 164 a 234. MUZAMBINHO — MG 241 a 282. POÇOS DE CALDAS — MG 296 a 405. RECIFE — PE 432 a 502.
CORDEIRO, Celso Alberto da Cunha 434.
CORREA, Elaine 253.
CORREA, Rosemary Rodrigues 191.
CORTELAZZO, M. A. 026.
CORTEZ, José Alberto Aguiar 311, 367, 396.
CORTEZ, Margareth Lemos 362, 394.
COSENTINO, M. C. 080.
COSTA, Beraldo Oliveira 301.
COSTA, Claudio Lucio Xavier 450.
COSTA, Leyana Lins 433.
COSTA, Manoel da Cunha 468.
COSTA, Paula Hentschel Lobb da 350.
COSTA, Vera Luza Lins 352, 433.
COSTA, Vera Lucia M. 477.
CREDIDIO, Ivani 172.
CUNHA, Darkson Sprecklsen da 329.
CURY, Jaime Ap. 439.

D'ANGELO, Mario Donato 324, 344, 357, 415.
DA SILVA, ver SILVA.
DADA, Francisco C. 026, 030, 118.
DAL'MOLIN KISS ver MOLIN KISS.
DAMIANI JUNIOR, O. 027.
DANTAS, Luiz E. P. 473.
DAOLIO, Jocimar 421.
DE ARAUJO ver ARAUJO.
DE FARIA JUNIOR ver FARIA JUNIOR.
DE FRANÇA ver FRANÇA.
DE FREITAS ver FREITAS.
DE OLIVEIRA ver OLIVEIRA.
DE PAULA ver PAULA.
DE ROSE, Eduardo Henrique 012, 013, 036, 037, 050, 052, 057, 075.
DE ROSE, R. C. 052.
DE ROSE JUNIOR, Dante 008.
DEDALLA, José 205.

- DEL NERO JUNIOR, E. 034.
DELMONDES, Osvaldo Doroteu 450.
DEZZOTI, Deborah 367.
DIAS, Gloria Futuro Marcos 434.
DIPE, Maria Helena 244.
DUARTE, Carlos Roberto 014, 015, 070, 095, 128,
170, 259, 282, 286, 302, 438, 472, 488.
DUARTE, Manoel S. 473.
DUARTE, Maria de Fátima da Silva 015, 030, 081,
154, 157, 215, 232, 282, 302, 355, 392.
- EARP, Ana Celia de Sá 434.
ECHEVARRIA, A. 100.
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA USP 311.
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE
MUZAMBINHO — MG 241.
ESCOTTO, Amelia 245.
ESTIGARRIBIA, J. 126.
- FAGUNDES, Claudia Maria 492.
FANALI, Otávio Augusto Anibal Cattani 173, 325,
502.
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de 087, 144, 202.
FEITOSA, Anna Maria 422.
FERNANDES, Dácio Claudio Mendonça 277.
FERNANDES, E. O. 194.
FERNANDES, Elenice 387.
FERNANDES, Helena 191.
FERNANDES, José Antonio Martins 275.
FERNANDES, José Luis 008, 186.
FERRAZ, Almir Sérgio 363.
FERRAZ, Osvaldo Luiz 270, 401.
FERREIRA, A. 008.
FERREIRA, João E. 189.
FERREIRA, Maria Beatriz Rocha 066.
FERREIRA, P. D. 016.
FERREIRA, Paulo Rubem Santiago 196, 323, 372,
451.
FERREIRA, Vera Lucia 252.
FONSECA, Marco Cezar 301.
FONTANA, Keila Elizabeth 110, 125, 140, 160, 190,
471.
FRANÇA, José Luis de 367.
FRANÇA, Nanci Maria de 118, 120, 169, 223, 237,
263, 299, 392, 445, 466.
FRANÇA, Tereza Luiza de 352, 496, 497.
FRANCO, R. O. 026, 030.
FREITAS, Claudio Monteiro 483.
FREITAS, Francisco Mauri Carvalho 274, 276, 340,
373, 374, 378, 385.
FREITAS, Jaider de Oliveira 340.
FREITAS, Marcelo Mazzilli de 191.
FROTA, Francisco Djalma Alves 482.
FURLANI, José 364, 408.
- GALDI, Enori Helena G. 463, 467.
GARCIA, Emerson Silami 239, 240, 353.
GAZZETA, Maria Luiza 232, 266, 278.
GENUNCIO, K. M. 080.
GEHRES, Adriana Farias 468.
- GIANNCHT, Ronaldo Sérgio 102, 139, 262, 269, 291.
GIL JUNIOR, Ibrahim Dobyal 483.
GODOY, J. 096.
GODOY, José Roberto 275.
GODOY, M. 017.
GOMES, João E. 074.
GOMES, Mario Storti 191.
GOMEZ, Raul Horácio 098, 123.
GONÇALVES, Aguinaldo 431.
GONÇALVES, M. 017, 033.
GONZÁLEZ, L. E. 100.
GRACELLI, Getúlio 179.
GRANIZ, M. 017.
GUEDES, Dartagnan Pinto 018, 024, 025, 061, 119,
127, 146, 171, 236, 292.
GUEVARA, Alejandro 098, 123.
GUIDA, Sérgio 246, 312.
GUIMARÃES, Alcides 439.
GUIMARÃES, Antonio Carlos 441, 464.
GUIMARÃES, Antonio Carlos Strinhani 284, 328.
GUIMARÃES, José Ney Ferraz 044.
GUIMARÃES, Maria C. 088, 108, 109, 112, 135, 172.
- HADDAD, P. C. S. 089, 091.
HARTLEY, L. Howard 138.
HASMUSSEN, R. M. 040.
HEGG, Raymond Victor 141, 389.
HENRIQUE, Maria Lucia 228.
HIRATA, Mário Hiroyuki 155, 166, 168, 185, 218,
399.
HYPPOLITTO, Miguel Pompeu 019, 020.
- ISBENER, Christine Luise 448.
ISOBE, Teresinha Daninger 380, 405.
- JESUS, Joaquim Felipe de 298, 319.
JUNGHANEL, Verena 267, 347.
- KEDOR, M. M. 017.
KIDO, Kenji 141.
KISS, Maria Augusta Peduti Dal'Molin Kiss — ver
MOLIN KISS, Maria.
KLEINE, Dietmar 293, 430.
KNACFUSS, Celina Batalha 434, 458.
KNACFUSS, Iray Guedes 060, 080.
KOKUBUN, Eduardo 168, 218, 256, 399.
KOMI, Paavo V. 238.
KONIG JUNIOR, Bruno 406.
KRAUSE, Hildegard Hilke Dorette Elizabeth 102,
139, 263, 264, 314.
KRUG, Lino 308.
KRUG, Discema H. Franceschetto 308.
- LABORATÓRIO DE APTIDÃO FÍSICA DE SÃO
CAETANO DO SUL 062.
LABORINHA, Léa 115.
LADESMA, F. 100.
LAMPERT, A. 013.
LEAL, Antonio 468.

- LEAL, Cristiane Barbosa 462.
 LEAL, Francisco J. F. 189.
 LEAL, Maria das Graças Moraes.
 LEAL, Rogerio Silva 327.
 LEITE, M. 008.
 LEITE, Márcio Monteiro 105, 250, 318.
 LENTINI, N. A. 103, 126.
 LIMA, N.
 LIMA, Denise F. 473.
 LIMA, J. R. 110.
 LIMA, Nilo Resende Viana 239, 240.
 LIMA, Sérgio Ricardo Cantanhede 493, 495.
 LIMA, Ulisses 459.
 LINDEHHAYN, Katia Cristina 380, 405.
 LINS, Jurene Pereira 479.
 LISSADO, Ana Maria 185.
 LOMBARDI, R. R. 444.
 LOPES, Paulo Roberto 075.
 LOPES, Teresa Cristina 375.
 LOR, Luiz Oswald Carneiro Rodrigues 239, 240, 257, 261.
 LORENZETTO, Luiz Alberto 333.
 LORENZINI, Cassia Thereza 180, 259, 273.
 LUZARDO, A. A. 050.
- MACEDO, Lino de 200, 204.
 MACHIDA, Kunko 172.
 MADUREIRA, Gerson 046.
 MAGALHÃES, Sheila de Abreu 188.
 MAGNI, J. R. T. 124.
 MANOEL, Edison de Jesus 248, 271, 349, 473.
 MANSALDO, Antonio Carlos 141.
 MARCZYK, Luiz Roberto S. 074.
 MARQUES, Claudia Coelho 221.
 MARQUES JUNIOR, Antonio 217.
 MARTÍ, B. 100.
 MARTENSEN, Luiz Carlos 193.
 MARTINS JUNIOR, Joaquim 097.
 MASCARO, Andrea 498.
 MASEBEU, E. 103.
 MATOS, R. A. 037.
 MATSUDO, Paulo Kekiki Rodrigues 021.
 MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues 002, 009, 010, 014, 016, 022, 023, 031, 035, 039, 041, 043, 051, 053, 054, 055, 059, 060, 065, 068, 070, 071, 073, 078, 081, 085, 090, 094, 095, 099, 101, 110, 120, 128, 149, 150, 151, 152, 161, 165, 166, 180, 181, 184, 210, 214, 216, 217, 219, 231, 237, 272, 278, 282, 290, 304, 315, 363, 365, 379, 386, 438, 445, 469, 472, 491.
 MAZZANETTO, Fábio 309.
 MEDEIROS, Francisco Emilio de 435.
 MELLO, Maria Regina de Oliveira 348.
 MELLO, Paulo Roberto Barcelos 192, 208, 300, 346, 384, 404.
 MELO, José Rodolpho M. de 317.
 MELO, M. 100.
 MELO, Paulo de 451.
 MELO, Walerio Araujo de 291.
 MELO FILHO, Benjamim de Souza 454.
- MENDES, Olga de Castro 014, 026, 090, 159, 161, 181, 184, 220, 222, 277, 278, 281.
 MIGUEL, Maria Cristina 026, 039, 068.
 MIRANDA, Anita S. M. Rondon 485.
 MIYAGIMA, Claudio Hiroyoshi 289, 334, 448.
 MIZUKAWA, Ailton Hiroki 301.
 MOBILY, Kennet 288.
 MOLIN KISS, Maria Austa Dal' 017, 033, 066, 108, 109, 113, 134, 172, 242, 249, 414, 444.
 MONTAGNER FILHO, Domingos 367.
 MONTEIRO, Aloisio Jorge de Jesus 478.
 MONTEMÓR, Lilian 024, 025.
 MONTEMÓR, Plinio 024, 025.
 MONTENEGRO, Eduardo 459.
 MONTENEGRO, Patrícia Ayres 459.
 MORAES, Eliane de Abreu 433.
 MORAES, Roberta M. B. C. 026.
 MORAES, Celmo L. 450.
 MOREIRA, N. 114, 136.
 MOREIRA, Wagner Wey 409, 423, 463, 467.
 MOURA, Nêlio Alfano 059, 220, 283.
 MOURA, Santana Maria Silva de 462.
 MYOTIN, Emmi 102, 139, 167, 260, 305, 342, 368, 395, 397.
- NABEIRO, Marli 266, 267, 345, 347.
 NAHAS, Markus Vinicius 427.
 NARVAES, G. 103.
 NASCIMENTO, Juarez Vieira de 426.
 NASCIMENTO, Salatiel Ribeiro 391.
 NATIVIDADE, Telma Sueli Soares 391.
 NEGRÃO, C. E. 008, 088, 108, 109, 113, 135, 172.
 NEVES, Elaine da Silva 348, 361, 400.
 NEVES, Maria Lucia Paniago Lordelo 451.
 NOBREGA, Renato Garcia 457.
 NONATO, R. N. 107.
 NOVELO, Luis Osorno 325, 382.
 NOVENA, Nadia Patriza 380, 405.
 NUNES, Cláudio Manoel Soares 187.
 NUNES, Volmar Geraldo Silva 192, 208, 404.
- OCCHI, M. 100.
 OKUMA, Silene Sumire 212.
 OLIVEIRA, Antonio Januário de 223, 392.
 OLIVEIRA, Beatriz Costa Monteiro 134.
 OLIVEIRA, C. P. S. 027.
 OLIVEIRA, Eneas 340, 373, 374, 378, 385.
 OLIVEIRA, Fatima Palha de 221, 392.
 OLIVEIRA, Francisco Eden Monteiro de 132, 134.
 OLIVEIRA, Grimário Nobre de 183.
 OLIVEIRA, J. L. 013.
 OLIVEIRA, Jorge Alberto de 278.
 OLIVEIRA, José Carlos de 233, 381, 398.
 OLIVEIRA, L. M. 088, 108, 113, 134.
 OLIVEIRA, Marcia Dib 295, 359.
 OLIVEIRA, Mauri Aparecido Bassoli de 294, 337, 360.
 OLIVEIRA, Osmar Pereira Soares 027, 043, 094, 106.
 OLIVEIRA, Solange Gomes de 498.
 OLIVEIRA, Vitor Marinho de 418.

- OLIVEIRA, Yara Regina Damiani de 427.
ORTEGA, Marcela Paz 479.
ORTEGA, Micheli 479.
ORTIZ, J. 034.
OSOÉS, Adilson 028, 102, 139, 206, 230, 254, 262, 366, 406.
OSORNO, Luiz Antonio Novelo 325, 382.
OSSE, Cleuser Maria Campos 029, 073, 085, 152.
OTANÊS, Jorge Dias 121.
- PAIVA, Pedro Alves 302, 350, 376.
PALAVOX, Gabriel Humberto Muños 317, 325, 365, 380, 382, 405.
PALMA, Valdir 189.
PAPALLÉO NETO, M. 034.
PASSOS, Solange de C. Elias.
PASTURA, J. L. 080.
PAULA, José Carlos de 299.
PAULA FILHO, Ulisses de 287, 339, 442.
PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça, 459, 473.
PELLEGRINI, Ana Maria 156, 267, 270, 271, 347, 349, 401, 403.
PELLEGRINOTTI, Idico Luiz 203, 423, 439, 463, 467.
PESSOA, Klaize Maria C. 479.
PERAIRO, D. 098, 123.
PERAZZOLO, Sonia 231.
PEREIRA, Benedito 473.
PEREIRA, Liliam Fernandes da Rocha, 324, 344, 357, 415.
PEREIRA, Monica Helena Neves 304, 315, 379, 386, 491.
PEREIRA, O. F. A. 111.
PEREIRA, Sandra Maria 240.
PEREIRA BARRETO, A. C. 034.
PEREZ, Anselmo José 030, 031, 055, 088, 091, 092, 129.
PEREZ, Sandra Maria 045.
PETERSEN, R. D. 050.
PETROSKI, Edio Luiz 419.
PIÇARRO, Ivan da Cruz 402, 428.
PICCOLI, João Carlos J. 429.
PIGATO, E. 012.
PILEGGI, Filvio 034, 172.
PINI, Mario de Carvalho 066.
PINHEIRO, Robério Chaves 137.
PINEJIRO FILHO, Joaquim M. 502.
PINTO, Isabel Cristina 228.
PINTO, Nelson Luiz Siqueira 058.
PINTO, Rogê Medeiros 442.
PIRES NETO, Candido Simões 130, 329, 388, 419.
PRADERA, Katia de O. 486.
PRADO, João 438.
PRADO, Luciano Sales 490.
PRESIDENT'S COUNCIL ON PHYSICAL AND SPORTS 047.
PRESTES, Luis Carlos 299.
PROFETA, Geroge Washington 297.
PUGA BARBOSA, A.S. 032, 197, 371.
- QUINONES, Jorge 075.
- RANELO, Diógenes 137.
RADA, B. 100.
RAMOS, Ivana Maria de Luna 481.
RAMOS, Maria Virginia 176, 225.
RAMOS, Silvia Clea Coutinho 195.
RASNUSSEN, Ricardo C. 017, 033, 034, 060.
REIS, D. A. 110, 140.
REIS, Silmara de C. S. 189.
REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo 370, 476.
RESENDE, Helder Guerra de 322.
RIBEIRO, Jorge Pinto 049, 057, 075, 138.
RIEHL, Oscar 117, 125.
RIEHMER, Christiane 182.
RIVET, Ricardo Enrique 175, 290, 304, 341, 379, 383, 386, 390, 445, 472.
ROCCHI, Cintia Couto 188.
ROCHA, M. L. 194.
ROCHA, Tadeu Teixeira 090, 184.
ROCHFORT, Renato Siqueira 336.
RODRIGUES, Ademir 234.
RODRIGUES, Eduardo Rangel 217.
RODRIGUES, Gladys 472.
RODRIGUES, Luiz Oswaldo C. 287, 362, 391, 394, 442, 490.
RODRIGUES, Maria Irany Knack Fuss 265.
ROLANDELLI, A. R. 100.
ROLIM, Patricia Gama 492.
ROSA, P. R. 124.
ROSE JUNIOR, Dante de 008.
ROSSI, Alexandre La Rocca 155, 218.
ROZADA, M. B. 100.
RUSSO, Adriana Kowaleski 428.
- SÁ, Eloisa Maria de Amorim 269, 288, 377.
SACAY, Rita de Cassia 270, 298, 401.
SALES, Rui da Silva 339.
SALES NETO, José Inácio 246.
SAMPAIO, Rosa 228.
SAMPEDRO, Renan Maximiliano Fernandes 292.
SANAGUA, J. O. 033.
SANCHES, Alcir Braga 209, 487.
SANTANA, J. B.
SANTAROSA, Lucila Maria Costa, 300.
SANTOS, Antonio Roberto Rosa 196.
SANTOS, Iray dos 277.
SANTOS, L. dos 104.
SANTOS, Osman Sérgio 137.
SANTOS, Ubirajara J. Lacerda dos 137.
SATUR FABER, S. 109, 133, 135.
SAVIOLI, Roque Marcos 034.
SCHONADIE FILHO, Leopoldo 245.
SÉRGIO, Manuel 424.
SERRO AZUL, G. 088, 113, 133.
SHIGUNOV, Victor 292.
SIEDDSHLAG, Carla 367.
SILVA, Angela Maria Serapio da 097.
SILVA, Antonio Carlos da 402, 428.

- SILVA, D. A. M. 029.
 SILVA, Francisco Martins da 178.
 SILVA, João Batista Freire 200, 204.
 SILVA, João Henrique 036, 037.
 SILVA, Jonas Goriolano da 443.
 SILVA, Lisandro Wagner Thomaz 245.
 SILVA, Marileide Carneiro da 461.
 SILVA, Maristela Moura 247, 316.
 SILVA, Monica Maria C. da 468.
 SILVA, Sheila A. P. S. 165, 231.
 SILVA, Silvia Corazza da 290, 331, 387.
 SILVA, Sueli Rodrigues da 280, 341, 386.
 SILVA, Tania Maria Araujo da 211.
 SILVA FILHO, Reinaldo Alexandre 502.
 SILVA FILHO, Varlindo Carneiro da 475.
 SILVA JUNIOR, Moacir Barreto, 478.
 SILVEIRA, Maria Tereza 122.
 SIMON, Henrique M. 028, 038.
 SIQUEIRA, Onelia de Brito 279.
 SOARES, Carmem Lucia 412.
 SOARES, Jesus 039, 068, 094, 118, 120, 150, 183, 237, 282, 325, 382.
 SOEIRO, Alfredo Gomes C. 151.
- SONOO, Christi Nosaka 426.
 SOUSA, Carlos Magalhães 217.
 SOUSA, Edinaldo A. de 221.
 SOUSA JUNIOR, José Joubert de 228.
 SOUZA, Ana Lucia O. de 367.
 SOUZA, Mauricio Teodoro de 445.
 SOUZA, Zuleika 278.
 SOUZA NETO, Carlos Pereira de 312.
 STANZIOLO, Leonilda 279.
 STARK, Renato Elza 141.
 STEINBERG, Robert Charles 187.
 STRUFALDI, Bruno 185.
 SUTTON, J. R. 006.
- TABAK, Daniel Golbeg 067.
 TAFFAREL, Celi Nelza Zulke 196, 227, 285, 352.
 TALBERG, J. 194.
 TANI, Go 298.
- TAPARANOFF, Ana Maria P. A. 022, 053, 054.
 TARASATCAI, Jacob 428.
 TARGA, Jacintho Francisci 251.
 TAVARES, Marcelo 496, 497.
 TEIXEIRA, Gilda Helena 375.
 TEIXEIRA, Luiz Geraldo Pontes 141.
 TELES, Aldenir J. F. 449.
 TODESCO, Daniele 215, 232, 390.
 TOSI, José Carlos 017, 033, 040.
 TOSTES, Surana da Silva 500.
 TUBINO, Manoel José Gomes 076.
- UMEDA, O. Y. 114, 136.
- VALENTE, Edison Francisco 459, 494.
 VALENTE, Marcia Chaves 459.
 VALLEJO CUELAR, L. 444.
 VALTER, Maria de Fátima 443.
 VAZ, Antonio C. 199 i.
 VAZ, Marco Antonio 441, 464.
 VERIDIANO, Vania Maria 309.
 VENANCIO, Sildemar Estevão 275.
 VIANA, Adalberto Riqueira 235, 291.
 VIANA JUNIOR, Newton Santos 253.
 VIDAL, R. 106.
 VIDO, Fernanda Chagas Pedrosa 095, 111.
 VIEIRA, Magda Olivia de Andrade 303.
 VILARTA, Roberto 480.
 VINHA, Marina 451.
 VIOLATO, Paulo Roberto 093, 182, 214, 328.
 VOLP, Carla Mary 268, 305, 310, 342, 368, 395, 397.
 VON DER HEIDE, Sonnhilde Else 338.
 VON KRUGER, Marco Antonio 393.
- XAVIER, Berenice Medina 320.
 XAVIER, Telmo Pagana 192, 369, 404.
- YOSHICO, C. S. 444.
- ZILLER, M. 096.
 ZORZENON, J. S. 100.
 ZUCAS, Sergio Miguel 155, 168, 218, 399.

INSTITUIÇÕES DE ORIGEM

CNPq/FINEP 410.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE 001, 003, 043, 047, 048, 049, 056, 062, 063, 064, 083, 084, 085, 142, 143, 153, 163, 164, 238, 241, 432.

GRUPO DE ACESSORIA DE DANÇA-EDUCAÇÃO FÍSICA 226.

ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS — UFAL
 Curso de Educação Física 459.

AMAZONAS

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS 335, 502.
 Departamento de Educação Física 032, 197, 371.

BAHIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Departamento de Educação Física 137.

BRASÍLIA — DF

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS
 Serviço de Medicina Desportiva 104.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**
Secretaria de Educação Física e Desportos 158.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** 117, 125, 131, 457, 471, 474, 477, 485, 486, 487, 500.
Centro de Medicina Desportiva 110, 140, 160, 190.
Departamento de Educação Física 209, 431.
Faculdade de Ciências de Saúde 147.
- CEARÁ**
CLÍNICA DE PERFORMANCE HUMANA 132, 134.
COLÉGIO CHRISTUS
Centro de Estudos de Ciências de Atividade Física 274, 276.
- MARANHÃO**
SECRETARIA DE DESPORTOS E LAZER
Centro de Estudos e Documentação em Educação Física, Esportes e Lazer 063.
Divisão de Estudos e Pesquisas para o Desporto 211.
UNIVERSIDADE DO MARANHÃO 162, 198, 243.
- MATO GROSSO**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO 297, 430.
- MATO GROSSO DO SUL**
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 451.
- MINAS GERAIS**
ACADEMIA FORÇA E DANÇA-Uberaba 381, 398.
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE MUZAMBINHO 241, 244, 271.
Centro de Pesquisas — CENPES 277, 278, 279, 303, 349.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS 490.
Laboratório de Fisiologia do Exercício da Escola de Educação Física 239, 240, 253, 257, 261, 287, 339, 362, 391, 394.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA 201.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA 102, 139, 206, 230, 235, 247, 258, 260, 263, 264, 268, 269, 288, 291, 297, 305, 310, 314, 316, 318, 342, 366, 368, 377, 395, 397, 406, 411, 414, 465, 470.
Departamento de Educação Física 242, 254, 262, 306, 322, 350, 376.
Escola de Educação Física 028, 105.
Laboratório de Biomecânica Desportiva 007.
Laboratório de Biomecânica do Esforço 122.
- PARAÍBA**
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 200, 204.
- PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA 412.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Departamento de Educação Física 236, 292.
Laboratório de Fisiologia do Esforço 024, 025, 061, 119, 127, 146, 171.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ 097, 114, 136, 174, 294, 295, 297, 321, 337, 359, 360, 426.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 289, 334, 338, 448.
- PERNAMBUCO**
ÁGUA VIVA CENTER 460, 479.
FESP
Escola de Educação Física 483.
HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO 443.
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA 461, 498.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 496.
Departamento de Capacitação de Pessoal 422.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO 196, 323, 352, 433, 435, 475, 479, 484, 489.
Departamento de Educação Física 372, 452, 468.
Hospital de Clínicas 443.
- RIO DE JANEIRO** 456.
C. E. BRIGADEIRO SCHORCHT 418.
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE VOLTA REDONDA.
Laboratório de Investigação em Exercício de Volta Redonda — LIEVOR 077, 078, 089, 091, 116, 129, 148.
Coordenação de Pós-graduação e Pesquisa 111.
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO DE JANEIRO 086.
GRUPO INDEPENDENTE DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA 340, 373, 374, 378, 385.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.
Instituto de Educação Física e Desportos 069, 080, 114.
Laboratório de Análise do Ensino 087.
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 115, 202, 354.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 221, 478.
Escola de Educação Física e Desportos 353, 393.
Laboratório de Biomecânica da Locomoção Humana 324, 344, 357, 415.
Laboratório de Fisiologia do Exercício 046, 194.
Laboratório de Hemodinâmica.
Instituto de Biofísica 058, 067, 072, 077.
Programa de Engenharia Biomédica 393.

UNIVERSIDADE GAMA FILHO 187, 213, 229, 246, 312, 322, 343, 418.
Academia Shidocan 213, 229.
Departamento de Educação Física 076.
FICAB 213, 229.
Laboratório de Performance Humana 044.

RIO GRANDE DO NORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE 455, 482.
LAFIEX-UFRGN 107.

RIO GRANDE DO SUL

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE CRUZ ALTA 245.
CENTRO DE ESPORTE, CONDICIONAMENTO E RECONDICIONAMENTO FÍSICO — CESCORF 124.
FACULDADE CATÓLICA DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE
Curso de Pós-graduação em Ciências do Esporte 075.
GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA-Pelotas 320, 346, 348, 361, 384, 400, 404.
SOCIEDADE GAÚCHA DE MEDICINA DESPORTIVA 069.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 192, 208, 300, 336, 346, 384, 404.
Escola Superior de Educação Física 369, 429.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL 370, 476.
Escola Superior de Educação Física 328.
Faculdade de Medicina
Curso de Medicina Desportiva 251.
Laboratório de Pesquisa do Exercício 012, 013, 036, 037, 050, 052, 057, 075, 441, 464.
Serviço de Ortopedia — H. C. Porto Alegre 074.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA 293, 299.
Centro de Educação Física e Desportos 130, 292, 329, 388, 419, 430.

SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA 331.
Centro de Desportos 145, 419.
Laboratório de Esforço Físico 154, 416, 427.

SÃO PAULO

ACADEMIA DE GINÁSTICA PORTE E POSTURA 188.
AEROBIC 390.
CENTRO PEDAGÓGICO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE — CEPEX-Campinas 307.
CENTRO OLÍMPICO DE TREINAMENTO E PESQUISA COPT-SEME/SP 014, 019, 020, 027, 094, 106, 128, 309, 363, 382.
Seção Técnica de Pesquisa 149, 150, 151, 152, 165, 183, 231.

CLÍNICA DE CIRURGIA PLÁSTICA DE S. CAETANO DO SUL 021.
CLÍNICA FISIOTERÁPICA — S. José do Rio Preto 234.
ESCOLA DO SÍTIO — Campinas 207.
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
Departamento de Fisiologia 402, 428.
ESCOLA GUILHERME DUMONT VILLARES 224.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE GUARULHOS 028, 038, 217.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTO AMARO
Centro de Pesquisa 317, 380, 405.
FACULDADES INTEGRADAS DE GUARULHOS — FIG 189, 191, 199, 275, 301.
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL 106.
FUTCOR 367, 396.
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA 363.
INSTITUTO DE VALORIZAÇÃO DA SAÚDE ACQUA SPORT 327.
LABORATÓRIO DE APTIDÃO FÍSICA DE SÃO CAETANO DO SUL — LAFISCS 002, 005, 006, 009, 010, 014, 015, 016, 022, 023, 026, 029, 030, 031, 035, 039, 041, 043, 045, 051, 053, 054, 055, 059, 060, 062, 065, 068, 070, 071, 078, 081, 085, 090, 094, 095, 099, 101, 112, 118, 120, 128.
Centro de Estudos LAFISCS 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 161, 166, 169, 170, 175, 180, 181, 183, 184, 210, 212, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 232, 237, 255, 259, 265, 266, 272, 273, 280, 281, 282, 290, 299, 302, 304, 315, 325, 330, 341, 345, 355, 356, 365, 379, 382, 383, 386, 390, 392, 438, 445, 469, 472, 488, 491.
PIRELLI — Santo André 193.
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO 179.
SECRETARIA DE HIGIENE E SAÚDE 363.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES 375.
UNESP-RIO CLARO 440.
Departamento de Educação Física 351, 364, 413, 425.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 205.
Escola de Educação Física 004, 008, 141, 155, 156, 168, 195, 186, 218, 256, 299, 311, 319, 333, 358, 389, 396, 403, 444, 473.
Centro Interdepartamental de Pesquisa em Educação Física 017, 033, 040, 066.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas 155, 168, 185, 218, 399.
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto 218.
Instituto de Biociências
Departamento de Anatomia 406, 408.

Instituto do Coração HC-FMUSP 034, 088, 108, 109, 119, 133, 172.

Instituto de Psicologia 200, 204.

LACIFI-DOAD-EEFUSP 172.

Laboratório de Aprendizagem e Desenvolvimento Motor do Departamento de Ginástica — EEFUSP 267, 270, 271, 347, 349, 401.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 203, 424, 440.

Faculdade de Educação Física 409, 421, 423, 439, 463, 467.

Departamento de Metodologia e Ciências Biológicas 408, 413.

INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

UNIVERSIDADE DE JYVRSKYLA

Departamento de Biologia da Atividade Física 238.

ARGENTINA

COLÉGIO MODELO J. F. KENNEDY-WILDE-BUENOS AIRES 123.

DEPARTAMENTO DE APTIDUD FISICA DEL CLUB CIUDADE DE BUENOS AIRES 123.

ESCUELA TECNICA N° — Cordoba 121.

LABORATÓRIO DE AVALUACIONES MORFO-FUNCIONALES 100, 126.

MINISTÉRIO DE CULTURA Y EDUCACION

Direccion Nacional de Educacion Fisica, Deportes y Recreacion 100.

CHILE

ACADEMIA SUPERIOR DE CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE SANTIAGO

Departamento de Educacion Fisica 096.

MÉXICO

ESCOLA NACIONAL DE ENTRENADORES 317, 356.

DIRECCION GENERAL DE EDUCACION FISICA 325, 356, 405.

PORTUGAL

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA — UTL 424.

USA

BOSTON UNIVERSITY

Department of Health Sciencies 138.

MASSACHUSETS GENERAL HOSPITAL

Cardiac Rehabilitation Center 138.

UNIVERSIDADE DE IL LINOIS

Departamento de Educação Física 420.

UNIVERSIDADE DE IOWA

Programa de Recreação e Educação 288.

“CHEGOU O MOMENTO” — RENOVAÇÃO ANUIDADE 1989

de você renovar a ANUIDADE do CBCE, colocar em dia as ANUIDADES, ou se tornar SÓCIO. Preencha o formulário abaixo, assinalando se é RENOVAÇÃO DE ANUIDADE ou SÓCIO NOVO, e nos envie através de CHEQUE NOMINAL ao COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Caixa Postal 6134 CEP 13081 - CAMPINAS - SP. Caso você esteja devendo anuidades anteriores a 1988 (Leia na Etiqueta) nos envie a anuidade (s), em cheque separado, informando a que ano (s) se referem

ANUIDADES: Sócio Efetivo - 1,5 OTNS
 Sócio Pesquisadores - 1,5 OTNS
 Sócio Estudante - 1,0 OTN



COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

USO DO PROCESSAMENTO

RENOVAÇÃO

SÓCIO NOVO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA E REMETÊ-LO, ACOMPANHADO DE CHEQUE NOMINAL AO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, CAIXA POSTAL, 20.383 - CEP 04.034 - SÃO PAULO - SP. NÃO ACEITAMOS ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL.

NOME		DATA DE NASCIMENTO											
LOCAL DE NASCIMENTO		TELEFONE											
ATIVIDADE PROFISSIONAL OU ESTUDANTIL		CARGO OU ANO LETIVO											
INSTITUIÇÃO		CARGO OU ANO LETIVO											
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA		CARGO OU ANO LETIVO											
AV., RUA, Nº, APTO., ETC.		Nº	CEP										
CIDADE		UF	PAÍS										
• ÁREA DE FORMAÇÃO - PREENCHER P. PÓS GRADUAÇÃO G GRADUAÇÃO													
ADMINISTRAÇÃO	1	ANTROPOLOGIA	2	ARTES	3	COMUNICAÇÃO	4	DANÇA	5	DIREITO	6	MEDICINA	7
EDUCAÇÃO FÍSICA	8	PEDAGOGIA	9	PSICOLOGIA	10	OUTRA	11						
ANUIDADE - ESTUDANTE 1 OTN • PROFISSIONAL 1,5 OTN													
CHEQUE Nº		BANCO		DATA		ASSINATURA							



COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

USO DO PROCESSAMENTO

RENOVAÇÃO

SÓCIO NOVO

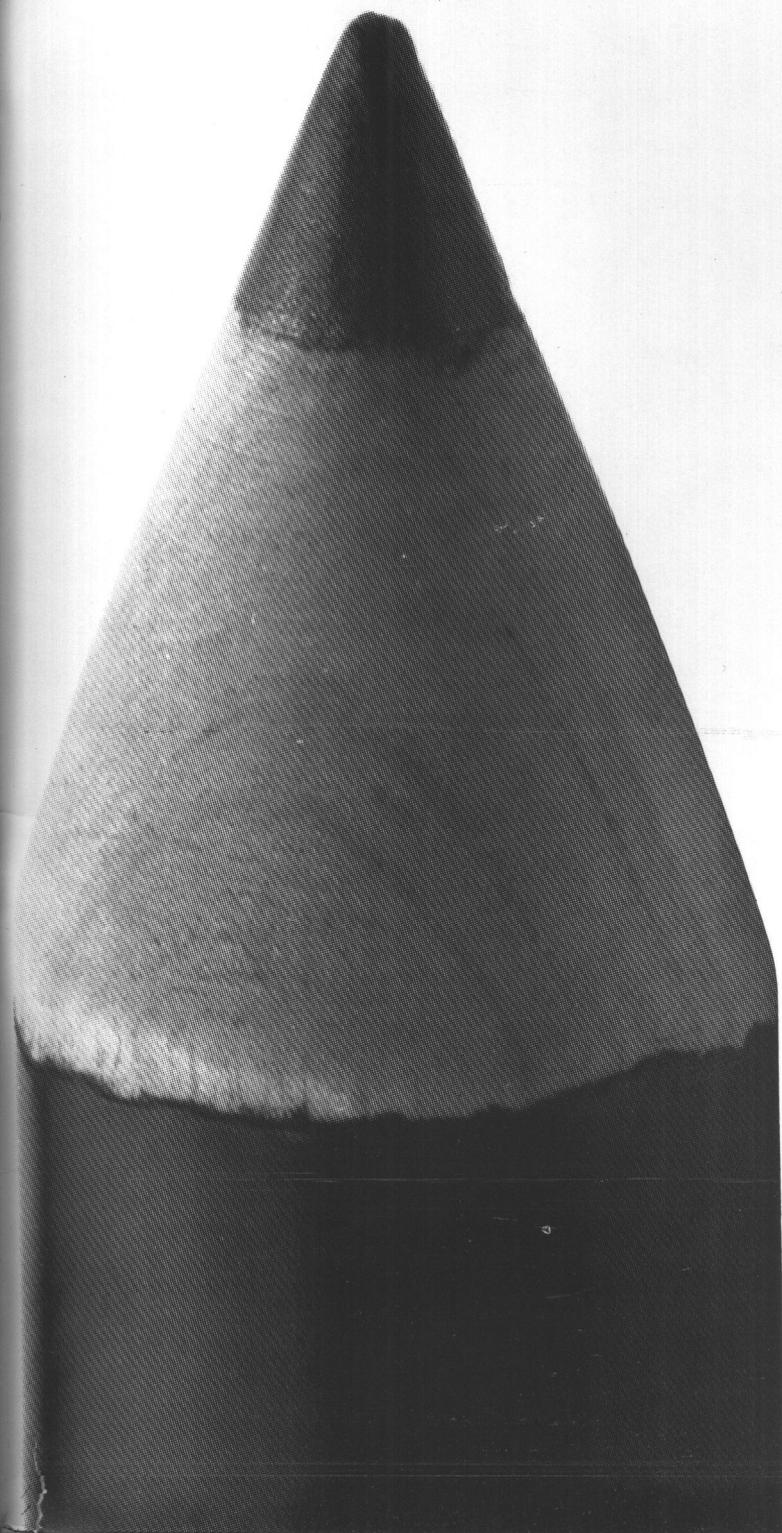
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA E REMETÊ-LO, ACOMPANHADO DE CHEQUE NOMINAL AO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, CAIXA POSTAL, 20.383 - CEP 04.034 - SÃO PAULO - SP. NÃO ACEITAMOS ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL.

NOME		DATA DE NASCIMENTO											
LOCAL DE NASCIMENTO		TELEFONE											
ATIVIDADE PROFISSIONAL OU ESTUDANTIL		CARGO OU ANO LETIVO											
INSTITUIÇÃO		CARGO OU ANO LETIVO											
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA		CARGO OU ANO LETIVO											
AV., RUA, Nº, APTO., ETC.		Nº	CEP										
CIDADE		UF	PAÍS										
• ÁREA DE FORMAÇÃO - PREENCHER P. PÓS GRADUAÇÃO G GRADUAÇÃO													
ADMINISTRAÇÃO	1	ANTROPOLOGIA	2	ARTES	3	COMUNICAÇÃO	4	DANÇA	5	DIREITO	6	MEDICINA	7
EDUCAÇÃO FÍSICA	8	PEDAGOGIA	9	PSICOLOGIA	10	OUTRA	11						
ANUIDADE - ESTUDANTE 1 OTN • PROFISSIONAL 1,5 OTN													
CHEQUE Nº		BANCO		DATA		ASSINATURA							

**O MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO APRESENTA O
QUE TEM FEITO PELA
PESQUISA EDUCACIONAL.**

**CONFIRA NA PONTA
DO LÁPIS.**



O Brasil conta com o INEP, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação. São 50 anos de dedicação à formação da juventude, à comunidade científica e tecnológica, ao ensino de todos os níveis.

O INEP-MEC documenta, pesquisa, divulga, orienta e publica. Basta visitar a nova biblioteca situada no saguão do Ministério, em Brasília, ou conhecer a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o "Em Aberto" e o Jornal do Professor, que veicula curso de Matemática por correspondência para todos os professores do primeiro grau.

- O INEP está promovendo profundo exame da avaliação do ensino de primeiro grau em todo o País e já dispõe do diagnóstico com o qual o MEC procederá ao aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem.

A sua nova sede, no Distrito Federal, abrigará o Pedagogium (memória da educação no Brasil), o Clube de Ciências e a Escola do Futuro, laboratório do amanhã.

O Ministério da Educação escreve a nova história do ensino público no Brasil.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL**
TUDO PELO SOCIAL.

1.000 bibliotecas na ponta dos dedos

Disque (061) 226-2677. Este é o telefone do IBICT para consultas ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN).

O IBICT colocou o CCN em uma base de dados, acessível por terminais de vídeo e impressoras. Isso significa resposta rápida, precisa e atualizada.

Pelo (061) 226-2677, você fica sabendo onde encontrar um fascículo **específico** de publicação periódica especializada, nacional ou estrangeira.

Depois, é só pedir à biblioteca indicada pelo IBICT uma

cópia do artigo que lhe interessa. Sem erros ou perda de tempo.

Se você quer informação, leve um dedo de prosa com o IBICT. E saia com mil bibliotecas nas mãos.

EXEMPLO DE CONSULTA:

Pergunta de uma pessoa residente em Brasília:

*"Onde encontrar, no Brasil, a revista **Journal of Chemical Documentation**, nº 3, volume 14, de 1974?"*

Resposta: "Em 19 bibliotecas de todo o Brasil. Delas, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília é a mais próxima de você".

MCT

Ministério
da Ciência
e Tecnologia



CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



PARA OUTRAS CONSULTAS AO IBICT

Por telefone: (061) 226-6074 Por telex: 612481 CICT BR

Por carta: Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) SCN - Quadra 2 - Bloco K-70710 - Brasília, DF